

IFRJ/IEI

T087

Universidade

le Federal do Rio de Janeiro

043947-9

INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº87
NACIONALISMO VERSUS QUES-
TÃO NACIONAL: O EXEMPLO DA
POLÍTICA NUCLEAR NO BRASIL
Maria Lucia T. Werneck Vianna
Março/1986

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



43 - 016349

NACIONALISMO VERSUS QUESTÃO NACIONAL:
O EXEMPLO DA POLÍTICA NUCLEAR NO BRASIL (*)

Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna (**)

Março de 1986

- (*) Versão preliminar do texto apresentado à reunião da ANPOCS em outubro de 1985.
- (**) Pesquisadora do CESAP/SBI; prepara atualmente tese de doutorado em Ciências Políticas, pelo IUPERJ, com o título provisório de Nacionalismo no Brasil: uma avaliação.

FEA - UFRJ
BIBLIOTECA

Data: 23/ 4 / 86

N.º Registro:

043547-9
MS 98307

5
UFRJ/IEI
TD 87

FICHA CATALOGRÁFICA

Vianna, Maria Lucia Teixeira Werneck
Nacionalismo versus questão nacional: o exemplo
da política nuclear no Brasil.
-- Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia
Industrial, 1986.
88 p.-- (Texto para Discussão; nº 87)

1. Introdução

Tem sido demonstrado, de modo bastante convincente, que o nacionalismo consiste numa espécie de bandeira sem dono, apropriável por grupos de coloração diversa, que a desfraldam à frente de projetos políticos distintos. Por um lado, a literatura especializada é pródiga em análises que apontam o caráter ambíguo (ou amplo) da ideologia nacionalista; por outro, os exemplos históricos, igualmente múltiplos, fornecem evidências irrefutáveis. Uma citação de Laclau resume bem o ponto.

"Tomemos um caso: o nacionalismo. Trata-se de uma ideologia feudal, burguesa ou proletária? Considerada em si, não tem nenhuma conotação classista. Esta última só deriva de sua articulação específica com outros elementos ideológicos. Uma classe feudal, por exemplo, pode vincular o nacionalismo à manutenção de um sistema hierárquico-autoritário de tipo tradicional - basta lembrar a Alemanha de Bismark. Uma classe burguesa pode ligar o nacionalismo ao desenvolvimento de um Estado-Nação centralizado em luta contra o particularismo feudal e, simultaneamente, apelar para a unidade nacional como meio de neutralizar os conflitos de classe - recordemos o caso da França. Finalmente, um movimento comunista pode denunciar a traição da causa nacionalista pelas classes capitalistas, e articular o socialismo ao nacionalismo, em um discurso ideológico unitário - pensemos, por exemplo, em Mao".¹

No Brasil, são inúmeros os estudos que, abordando espe

cificamente a questão nacional ou incluindo-a como parte de uma reflexão mais abrangente (sobre determinados períodos da história, sobre políticas implementadas com objetivos definidos ou mesmo sobre o comportamento de atores singulares) sugerem a possibilidade do uso do nacionalismo em contextos díspares. Algumas referências, tomadas um pouco ao acaso, reforçam, direta ou indiretamente, a idéia de que argumentos nacionalistas, sua eficácia e adequação, seus nexos com a estrutura sócio-econômica e o poder político não vêm se apresentando de modo uniforme.

Carlos Estevam Martins, em Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil, mostra a política externa do governo Médici - anos 70, auge da ditadura militar - como uma tentativa de renegociar os "termos da dependência" brasileira no cenário mundial, enunciada numa retórica eloquente de grandeza nacional;² Caio Navarro de Toledo, revela em ISEB: Fábrica de Ideologias, os vários matizes da proposta iseibiana de forjar uma consciência "nacional-desenvolvimentista", elaborada durante a segunda metade dos anos 50, num momento em que a afirmação da nacionalidade coincide com esforços governamentais no sentido da industrialização e do desenvolvimento econômico;³ Vanilda Paiva examina as relações da ideologia nacionalista com o projeto educacional de Paulo Freire, no início dos anos 60, projeto marcado também pelas conotações existenciais-libertárias da renovação católica;⁴ Miriam Limoeiro Cardoso, investigando o significado do desenvolvimentismo através dos discursos de Juscelino Kubistchek e Jânio Quadros, acentua a duplicidade de um nacionalismo quase alegórico;⁵ Antonio Carlos Peixoto focaliza o Clube Militar como objeto de disputa entre os grupos nacionalista e "entreguista", atuantes no meio das forças armadas na fase que precede o golpe de 64, chamando a atenção para a ausên-

cia, em ambos os contendores, de uma visão global a respeito do regime político do país;⁶ Vera Alice Cardoso Silva procura descrever a influência do nacionalismo na produção da política econômica do 2º governo Vargas (1951-1954), expressa na fluida concepção de desenvolvimento assumida pelos principais técnicos que assessoravam o Presidente e toda ela voltada para a valorização de um "interesse nacional" pouco definido.⁷

Não está nos propósitos do presente trabalho resenhar a bibliografia (ou parte dela) sobre o nacionalismo na política brasileira, o que, aliás, é necessário e deverá ser feito em outra oportunidade. A incompleta lista acima mencionada visa apenas salientar a existência de um certo consenso acerca da maleabilidade da ideologia nacionalista, o que permite avançar, ainda que de maneira preliminar, um problema adicional.⁸

De fato, os autores que têm lidado com a problemática do nacionalismo, encarando-o basicamente como uma ideologia que orienta o discurso, o comportamento público ou a formulação de políticas, acabam por negar-lhe (diretamente ou indiretamente, vale repetir) inscrição prévia em algum dos campos que se conflitam nas lutas sociais. O que transpira é que a chamada ideologia nacionalista, longe de se constituir num conjunto homogêneo de postulados, se apresenta sob diferentes versões do que seja a nacionalidade e suas exigências. Atores diversos, com estratégias diversas e envolvidos em também diversas coalisões aparecem como portadores de um "ethos" incorporador de todos os cidadãos que sobrepõe a defesa da totalidade (a nação) à valorização de interesses restritos. Os trabalhos referidos reiteram, em suma, como estas distintas abordagens enfatizam desde a questão de "segurança nacional"

atê elementos de democracia participativa, passando pela justiça social, combate à miséria e outros palpitantes assuntos, oferecendo respostas muitas vezes divergentes aos problemas de organização social, política e econômica do país.

Com isso, se encaminha a solução de um equívoco solidificado no pensamento político brasileiro acerca do nacionalismo. Qual seja, a visão simplificadora - fruto talvez de um tipo de engajamento (em geral desejável e indispensável) dos cientistas sociais no processo de constituição do país -, que discerne num polo o conjunto nacionalista/estatista/progressista e, no outro, o seu oposto, entreguista/liberal/retrôgrado. Esta, em grande parte, a deficiência das análises realizadas nos anos 50 e 60 por intelectuais importantes e que se transportou mecanicamente para a prática das correntes de esquerda empenhadas na crítica e na mudança das estruturas vigentes. Trata-se, porém, de apenas um dos erros cometidos; há outro, além dele, menos burilado, que não deixa de turvar a percepção dos estudiosos do problema. E que, embora nem sempre reconhecidamente, transparece também na leitura das obras citadas: a confusão entre nacionalismo e questão nacional.

E na dimensão deste segundo equívoco que se situam as preocupações aqui desveladas. A meu ver, nacionalismo e questão nacional, enquanto categorias aplicáveis à interpretação da realidade devem ser enfocadas distintamente, a fim de que se possa desembaraçar a teia de ambigüidades estabelecida em torno do tema, sem jogar fora, como se diz, o bebê junto com a água do banho. Pois se "nacionalismo" e "questão nacional" têm berço comum, contemporâneos que são, ambos, das transformações operadas pelo capitalismo, os contextos em que aconteceram - e acontecem - nem sempre se asseme-

lham.

A implantação da modernidade burguesa, ainda que capitaneada por uma "classe feudal" como no caso alemão, ocorreu concomitantemente aos processos de formação de nações e fortalecimento dos estados nacionais. Mercantilismo, protecionismo, monopolização, foram práticas políticas identificadas com os diversos projetos nacionais levados a cabo na Europa durante os séculos de construção da hegemonia do capital. Na esteira de sua ascensão, a burguesia resolveu cada "questão nacional", demarcando fronteiras entre Estados e assegurando condições legais para se reproduzir localmente. O nacionalismo, ideologia que serviu a tais finalidades, permaneceu como instrumento de neutralização das classes subordinadas e como motivação para um expansionismo que redundou, afinal, na internacionalização do universo capitalista.

Outro será o quadro no qual países como o Brasil, subalternizados pelo próprio mecanismo de implementação do capitalismo internacional, enfrentarão os problemas relativos à constituição do Estado nacional e à estruturação econômica. Neo-colonialismo, desenvolvimento periférico, industrialização tardia são, a despeito das variações concretas com que se apresentam, noções indicativas de um tipo de realidade bem diferente daquele vivido pelo chamado mundo desenvolvido. Nas ex-colônias já não basta fundar um poder nacional e demarcar fronteiras - o que frequentemente foi feito pelo colonizador -; já não é possível, por outro lado, garantir mercados em escala significativa - o que também foi feito pelos que chegaram primeiro. A "questão nacional" não se resolve com a consolidação do capitalismo, como nas áreas hegemônicas; pelo contrário, em algumas ocasiões ela se aguça, pois a "dependência", por

mais que hoje se despreze o termo, se mantém como empecilho a uma série de decisões, sejam elas de natureza econômica, política, cultural, etc. O nacionalismo como ideologia continua, portanto, a ter como referência uma questão não resolvida, objetivamente dada e independente dos conteúdos subjetivos (diversificados) que se lhe adscrevam.

A hipótese de que ao se falar do nacionalismo e da questão nacional não se está cuidando exatamente do mesmo objeto, carece, ainda, de fundamentação teórica. Nacionalismo e questão nacional, enquanto conceitos, estão a merecer uma investigação capaz de dar conta de suas particularidades e mútuas articulações. O tom exploratório da idéia, entretanto, não a impede de conferir interesse à análise do caso brasileiro.

O nacionalismo, como ideologia não-de-classe, é passível de se manifestar vinculado a sonhos revolucionários da mesma forma que aprisionado à manutenção do "establishment"; pode se agregar a preceitos democráticos tanto quanto a dogmas autoritários. Entende-se, assim, porque os comunistas se apegaram a palavras de ordem nacionalistas e seus perseguidores, durante a ditadura estadonovista por exemplo, igualmente o fizeram; entende-se porque o nacionalismo, que tradicionalmente se associava à participação popular, vai figurar como justificativa de medidas autoritárias tomadas pelos militares pós-64. Será, porém, suficiente entender o fenômeno neste nível de generalidade? O risco imediato de parar aí é, conforme dito acima, defenestrar uma questão que não está morta. Questão essa que não se esgota nos obstáculos à implantação de uma estrutura produtiva e tecnológica razoavelmente autônoma, na medida em que se expressa também nas dificuldades de forjar o pró-

prio tecido social enquanto identidade inclusiva. Em poucas palavras, ao se colocar o nacionalismo em seu devido lugar, corre-se o perigo de abandonar uma "questão nacional", afeta à realidade brasileira, que não se restringe aos aspectos infraestruturais, e que talvez aflija, no plano do simbólico, milhões de pessoas neste país.

Do ponto de vista analítico perde-se, ao se misturar as coisas, parte da capacidade de explicar algo que vem sucedendo no Brasil e que tem a ver com a estreita correlação, efetuada na prática do agir coletivo recente, entre conquista da cidadania e a apropriação das imagens da nacionalidade. Não cabe ao acaso a única responsabilidade pelas demonstrações de fervor patriótico que diferentes segmentos da população têm oferecido ao longo do processo de mobilização que culminou com a consagração "post-mortem" de Tancredo Neves. E, se perde o cientista "neutro" em respostas à empiria, perde talvez mais o teórico da "práxis" transformadora, que se distancia do real.

"Pouco mais de um ano, desde janeiro de 1984 - quando começou a campanha das diretas -, bastou para tornar queridos os símbolos da pátria que anos e anos de regime militar tinham afastado do povo.

A canalização da vontade de mudar, obra de políticos, e a criatividade da multidão, sempre ordeira, popularizaram o Hino Nacional, fizeram da bandeira e do verde-e-amarelo muito mais do que símbolos associados à seleção brasileira de futebol.

Derrota do positivismo dos fundadores da República, vitória do aprendizado democrático. Uma das marcas registradas da Nova República, a bandeira de 200 metros quadrados que subiu a

rampa do Congresso no dia da eleição de Tancredo, reapareceu ontem em Brasília, conduzida pelos mesmos jovens que, não se sabe ao certo como, conseguem tomá-la emprestada ao Palácio do Planalto.

Mais sintomático ainda: populares, civis, que não tinham outro argumento a não ser sua emoção e sua vontade de participar, misturam-se aos soldados do cortejo fúnebre, pegam carona no Urutu do Exército que conduz o caixão, enquanto aos batedores militares se misturam simples motociclistas.

Restituído à sua verdadeira fonte, o povo, o amor à pátria, no difícil começo da Nova República, não afasta civis de militares. Caem as discriminações, as tutelas, as compulsões humilhantes".⁹

Notícias como essa, multiplicando-se de tempos para cá,¹⁰ salientam em algum nível uma pendência que se exacerba em momentos de comoção social e que reivindica (substantiva e adjectivamente) o preenchimento de lacuna ainda inconclusa no amadurecimento da formação sócio-política brasileira: a questão nacional. A denúncia de que o nacionalismo não é patrimônio de nenhum grupo, corretiva sobretudo da postura de frações da velha esquerda, não isenta o analista de refletir sobre as especificidades que aquela questão adquiriu no Brasil, e, muito menos, o "partisan" de se posicionar diante dela.

Este ensaio, de intenções na verdade mais modestas do que as até agora insinuadas, não pretende aprofundar a possível diferenciação entre questão nacional e nacionalismo, mas somente levantar a idéia a partir de um exemplo concreto. Revendo as discussões travadas acerca da política nuclear no Brasil em dois momen-

tos - o primeiro, entre 45 e 54, quando as decisões iniciais para o ingresso do país na era atômica são tomadas e o segundo, na década de 70, quando o governo Geisel firma o Acordo Nuclear -, verifica-se como o nacionalismo se separa da questão nacional. O discurso nacionalista não se faz acompanhar de uma prática política voltada para a resolução dos problemas que denuncia, assim como as próprias práticas políticas ditas nacionalistas correm ao largo da questão nacional.

2. Visão geral do problema

As origens do que se poderia chamar uma política nuclear brasileira remontam à conjuntura de mudanças que marcou o término da 2ª guerra mundial e se enquadram na estratégia de modernização que, deslançada por Vargas durante o Estado Novo, teria prosseguimento nos anos subsequentes.

Segundo Maria Cristina Leal, a questão nuclear passou a despertar interesse no Brasil a partir do momento em que foi privilegiada no plano internacional. Os países detentores da tecnologia nuclear (Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética), após a detonação da primeira bomba, aceleram pesquisas no setor, procuram obter materiais físséis e garantir o monopólio do segredo atômico. As atenções americanas se voltam para o Brasil, possuidor de recursos naturais adequados, o que faz com que se instale, no país, a discussão sobre medidas protecionistas em relação aos minérios e sobre o possível desenvolvimento de um programa nuclear nacional.¹¹

Desde que começa a ser debatida, nos anos 40, às formas mais recentes e deliberadas de implementação - o Acordo Brasil/Alemanha, assinado em 1975, ainda em vigência -, a política nuclear brasileira atravessa fases que correspondem, grosso modo, às contingências do quadro político inclusivo.

"... A política nuclear no Brasil passou por três diferentes épocas: a primeira, até 64, de nacionalismo autonomista, a segunda até 74, de importação pura e simples e programação modesta, e a terceira, até o presente, de desenvolvimento dependente, esta a peso de ouro e toque de caixa".¹²

Aceite-se ou não esta periodização (afinal, o "até 64" não é tão homogêneo), alguns aspectos estão presentes em toda a história da energia nuclear no Brasil. Autores que têm abordado o tema ressaltam, de um lado, os condicionamentos que a política nuclear vem sofrendo ao longo das tentativas de sua implantação e, de outro, a ambigüidade das formulações oficiais a respeito.

"Supomos que a política nuclear seja condicionada pelas características globais da sociedade brasileira em sua relação de dependência com outros países e que, ao mesmo tempo, sua implantação efetiva venha reforçar esta dependência que, formalmente, ela pretende contestar".¹³

"A análise da origem da questão nuclear permite desvendar a forma pela qual uma questão de crucial interesse para o centro hegemônico aflora na sua periferia, ao mesmo tempo que revela as mudanças que se processam no âmbito de uma relação de dependência".¹⁴

"Não pretendemos aqui tentar deslindar as razões estratégicas que nortearam e ainda norteiam nossa política nuclear. Tratamos outrassim de mostrar que a inconsistência histórica das iniciativas brasileiras no campo da energia nuclear tem, entre outras coisas, muito a ver com esta duplicidade de polémicas. Uma, ostensiva, para consumo externo, para formação de 'opinião pública'; outra para os iniciados com acesso aos bastidores do poder executivo. Se isso já era fato antes de 1964, agravou-se ainda mais com o autoritarismo que se estabeleceu a partir de então".¹⁵

Com efeito, a utilização da energia nuclear, na medida em que pressupõe uma tecnologia específica e sofisticada, se apresenta como elemento chave para o entendimento das vicissitudes do capitalismo periférico. Neste, não se verifica, ao contrário do que ocorreu nos países centrais, uma integração efetiva entre ciência, tecnologia e indústria; a industrialização, pautada por padrões de consumo dos centros hegemônicos, se desenvolve dentro dos marcos da dependência tecnológica, recorrendo preferencialmente ao know how externo, em detrimento da criação interna. A ampliação e diversificação das atividades industriais se fez neste século, num contexto internacional de capitalismo avançado, em grande parte com equipamento importado ou, em certos casos, com seu sucedâneo natural, a "transferência de tecnologia".

"Como é do conhecimento daqueles que têm experiência no setor industrial, a chamada 'transferência de tecnologia' de empresas de países industrializados para empresas de países em desenvolvimento é, na realidade, uma venda de serviços, na qual o vendedor dificulta a efe-

tiva transferência de conhecimentos sobre a tecnologia básica do projeto, cálculos de processo, seleção de materiais e dimensionamento, para vender apenas o 'know how' de fabricação, além de serviços de assistência técnica para produção e inspeção; tudo isso a preços elevadíssimos".¹⁶

Mas, se a política nuclear brasileira revela, com bastante nitidez, os matizes modernos da dependência, relacionados à questão do desenvolvimento tecnológico - e essa é uma discussão que exige particular empenho -, demonstra também, ou por isso mesmo, as ambigüidades contidas nas (frequentes) propostas nacionalistas que a cercam.

O discurso nacionalista no que se refere ao uso da energia atômica, ora enfático quanto à necessidade concreta de um empreendimento autônomo, ora prisioneiro de noções abstratas tipo Brasil-potência, não resultou, nem antes nem depois de 64, em medidas reais de nacionalização. Enquanto interpelação universalizadora, a linguagem do nacionalismo não apenas serviu a projetos distintos como foi sistematicamente usada para obscurecer as conseqüências das decisões tomadas.

Uma rápida retrospectiva das políticas adotadas no decorrer dos últimos quarenta anos ilustra a defasagem entre os caminhos trilhados e as justificativas formuladas. Sob contingências variadas ocorre um fenômeno semelhante: no bojo de propostas governamentais calcadas em apelos nacionalistas (tipo Getúlio e Juscelino na década de 50) ou apoiadas por considerações em torno de uma indispensável soberania nacional (vide Costa e Silva e Geisel, no pós-64), são implementadas "policies" que não são dificultam como até im

pedem qualquer veleidade autonomista. Fora do governo, por sua vez, os grupos que levantam a "bandeira" do nacionalismo, porquanto a concebem desvinculada da configuração macro-política, tendem a permanecer nos limites da colocação oficial - contra ou a favor -, deixando de apresentar alternativas viáveis.

A partir de 1945, principiam no Brasil as discussões acerca da exploração e aproveitamento dos minerais atômicos. Época de constitucionalização liberalizante, rearticulação das forças internas e formação de blocos antagônicos ao nível internacional, a política nuclear reflete os percalços da tardia arrancada para o desenvolvimento. As pressões dos Estados Unidos, aliado na guerra, buscam bloquear a elaboração de um programa de pesquisas nacional e assegurar a exclusividade da exportação brasileira de minérios. O governo brasileiro não pode abster-se de atender a estes interesses, dado que dependê do capital americano para implementar, noutras instâncias, um projeto de industrialização. Mas precisa também do apoio dos grupos que defendem opções nacionalistas, pois nesse período, são eles que ajudam a sustentar dentro do país o nascente projeto de industrialização contra a resistência dos ainda fortes setores agrários. A ambigüidade se expressa no fato de que, ao mesmo tempo se põem em cena agências de controle dos recursos nativos - a Comissão de Estudos e Fiscalização dos Minerais Estratégicos, em 47, o CNPq, em 51 - e se firmam acordos que os expropriam (os acordos nucleares assinados entre Brasil e Estados Unidos, em 45 e 52; por exemplo).

Em outubro de 56 é criada a CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear - por decreto executivo, pouco antes de se encerrarem os trabalhos da CPI instalada no Congresso para apurar de

núncias de irregularidades relativas à política nuclear.¹⁷ O órgão, responsável pela coordenação da política nuclear brasileira surge já numa conjuntura diferente. Começara a "dētente", os Estados Unidos haviam amenizado o monopólio estatal na questão nuclear lançando o programa "Átomos para a Paz", novas formas de relacionamento centro/periferia se implantavam.¹⁸ No Brasil, o presidente Juscelino Kubistchek punha em prática o seu plano de metas, no qual a energia nuclear constava em segundo lugar.¹⁹

"A energia atômica ou nuclear é a energia de países como o nosso, países subdesenvolvidos, como o Brasil tem sido classificado até aqui (...) Temos, nós brasileiros, uma posição a tomar nesse assunto; não podemos, no que se refere à energia nuclear, estar como pedinte ou uma espécie de parente pobre, uma vez que temos em nossa terra, e alguns deles com exclusividade, os elementos minerais físséis indispensáveis. Temos que conquistar uma posição na política atômica".²⁰

Retoma-se, contudo, a mesma dubiedade de antes. A construção de um Instituto de Energia Atômica na Universidade de São Paulo, em 1955, passa a produzir urânio nuclearmente puro, capaz de ser utilizado como combustível, que por determinação de acordos decididos em 1955 - o "Programa Conjunto de Cooperação para o Reconhecimento e a Investigação de Urânio no Brasil" e o "Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento de Energia Atômica com finalidades Pacíficas" -, é encaminhado aos Estados Unidos.

Assim, se entre 45 e 54, aproximadamente, tem início a (ambígua) política nuclear brasileira, no que poderia ser chamada uma fase seguinte, daí até 64, se consolida o duplo perfil desta

política: autonomista em intenção, dependente na prática. Dutra se curvava aos interesses norte-americanos embora estimulasse projetos nacionalistas; Vargas, aprovava a orientação nacionalista do CNPq mas fazia acordos à sua revelia. Com Kubistchek, apesar dos objetivos explícitos da CNEN estarem voltados para a proteção dos recursos encontrados em solo brasileiro e das diretrizes governamentais acentuarem a necessidade de apoio à indústria privada nacional,²¹ medidas concretas reiteram compromissos de natureza desnacionalizante assumidos durante o interregno Café Filho.²²

Somente em 1962 seria promulgada uma lei disposta sobre a Política Nacional de Energia Nuclear. A lei 4.118 assegurava o monopólio da União sobre a pesquisa e lavra das jazidas de minérios nucleares, sobre o comércio desses minérios e sobre a produção de materiais nucleares e sua industrialização. A CNEN era transformada em autarquia federal, com autonomia administrativa e financeira, a ela cabendo qualquer pronunciamento a respeito de projetos, acordos e negociações no campo atômico.²³ O presidente João Goulart pretendia construir no Brasil a primeira central nuclear, obedecendo "à política de independência do suprimento externo de combustível, da utilização de matérias primas nucleares existentes no país e de máxima participação da indústria nacional".²⁴

O golpe de 64 cortou a seqüência de tais propósitos. As mudanças então efetuadas incidem de maneira evidente sobre as linhas da política nuclear. No PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo - 1964/1966) afirma-se a "não consideração da energia nuclear como fonte geradora de energia elétrica em larga escala no presente estágio" e menciona-se como premissa de uma política internacional a manutenção de "um certo grau de divisão internacional do

trabalho (...), os conhecimentos tecnológicos vindos do exterior (para) desempenhar a desejável função de aumentar a produtividade dos fatores de produção nacionais".²⁵

Logo, porém, a retórica nacionalista que sempre envolveu a política nuclear brasileira seria recuperada. Em agosto de 1967 ocorreu a Conferência de Desarmamento, em Genebra, onde foi discutido o Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares, que dividia o mundo em duas categorias de países: potências nucleares (aqueles que tivessem fabricado ou explodido uma arma nuclear ou outro produto atômico antes de 1º de janeiro de 1967) e "potências" não nucleares, ou seja todos os demais Estados. Estes últimos ficariam proibidos de adquirir ou fabricar artefatos nucleares, mesmo os de utilização para fins pacíficos; suas atividades nucleares estariam, ademais, sujeitas a um sistema de salvaguardas internacionais. O Brasil absteve-se de votar, mas em diversos pronunciamentos oficiais da época manifesta-se o repúdio à tentativa de manutenção de um "colonato da era atômica e espacial".

"O que não podemos aceitar é a adoção de medidas que impliquem imposição a nossos países de um eterno estatuto de minoridade tecnológica".²⁶

"O governo brasileiro se reservará o direito de total exclusividade quanto à instalação e à operação de reatores nucleares, bem como às operações de pesquisa, lavra, industrialização e comercialização de minerais e minérios nucleares, materiais férteis, materiais fissíveis e materiais fissíveis especiais".²⁷

"A nossa convicção profunda é a de que o Brasil não pode perder a revolução do átomo, sob

pena de não superarmos jamais o subdesenvolvimento em que nos encontramos, que não é apenas econômico, mas sobretudo científico e tecnológico".²⁸

A oposição ao Tratado de Não-Proliferação se conjugava à pretensão de apresentar a imagem de um "Brasil grande potência", com a qual o governo brasileiro procurava mobilizar a sociedade e legitimar o seu projeto de modernização autoritária. E, de fato, tal atitude permitiu aglutinar diversos setores de opinião, sobretudo intelectuais nacionalistas.²⁹

"Temos agora um Brasil moço, vibrante, estuante de vida, de projetos futuros, de confiança em si mesmo. É a este Brasil que cumpre dar novas forças, com o aproveitamento intenso da energia nuclear para fins pacíficos (...) Para ser verdadeiramente o País do Futuro, o Brasil precisa da energia nuclear. E já".³⁰

Ainda em 68 ficou decidida a instalação em Angra dos Reis da primeira usina nuclear.³¹ Contudo, a CNEN optou por um tipo de reator que funcionava com água leve e urânio enriquecido, con-
tradizendo na prática os intentos de autonomia explicitados no discurso. A opção foi severamente criticada pelos cientistas nacionais que viam nela a preservação da dependência em termos de tecnologia de reatores e de combustível.³² Com o AI-5, logo após, vários destes cientistas foram punidos, inclusive os que tinham se solidarizado com a "política externa independente" brasileira em Genebra.

O governo Médici dá prosseguimento a habitual duplicidade: tom autonomista no discurso e prática desnacionalizante. 0

Brasil mantém a posição contrária ao Tratado de Não-Proliferação - "não aceita quaisquer limitações ao pleno aproveitamento de seus recursos no legítimo exercício de sua soberania"³³ - mas assina com os Estados Unidos um acordo contendo cláusulas impeditivas de um desenvolvimento autônomo no campo nuclear.³⁴ Angra I começa a ser construída pela Westinghouse, com material totalmente importado e uma participação da indústria nacional limitada a apenas 8% dos fornecimentos relativos ao projeto. Reproduz-se a "divisão internacional do trabalho": o Brasil oferece a matéria prima em troca de produtos manufaturados.

A partir de 74 vão se dar mudanças na política nuclear brasileira propiciando a efetivação do comentado Acordo Brasil-Alemanha, resultado de um processo começado em 69, quando um tratado de cooperação científica foi firmado entre Willy Brandt e o Ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto. Em abril de 71, o Ministério de Pesquisas e Tecnologia da República Federal Alemã formalizou a colaboração entre a CNEN e o Centro de Pesquisa Nuclear de Julich. Em 1974, o Brasil propôs à Alemanha estender a cooperação científico-tecnológica ao campo industrial e comercial; no mesmo ano se iniciaram os entendimentos culminando a 27 de junho de 1975 com a assinatura do Acordo Nuclear, aprovado no Senado Federal a 18 de outubro e na Câmara dos Deputados onze dias depois.

As justificativas apresentadas então pelo governo brasileiro salientavam a necessidade de romper a dependência face aos Estados Unidos e buscar um associado, para desenvolver um programa nuclear, que estivesse disposto a transferir informações tecnológicas.

"No caso dos Estados Unidos, duas firmas americanas - a Westinghouse e a General Electric - apresentaram esforços de planos de cooperação. As propostas de ambas não atendiam, porém, a todos os interesses brasileiros, pois não incluíam a instalação de usinas de enriquecimento e de reprocessamento do combustível irradiado no Brasil. Assim, continuaríamos a depender de fornecedores estrangeiros (basicamente, dos americanos) para a prestação desses dois serviços essenciais. Ora, o programa da colaboração Brasil-Estados Unidos no campo da energia nuclear não era, como não é, no momento, dos mais promissores. Há mais de um ano o Brasil espera que os americanos apresentem novo projeto de emenda ao acordo de cooperação de 1972 entre os dois países (...) Outro fator negativo para a cooperação com os Estados Unidos é a crescente e exagerada inquietação ocorrida em setores públicos norte-americanos no tocante aos perigos, reais ou imaginários, da proliferação nuclear. Como resultado, as preocupações com as salvaguardas são tão excessivas que chegam a paralisar a cooperação internacional".³⁵

O Acordo Nuclear Brasil-Alemanha mostra, outra vez, como o nacionalismo enquanto formulação se afasta da questão nacional concreta. De novo, uma linguagem autonomista campeou - o Brasil ascenderia, teria finalmente sua independência no setor atômico, dominaria a tecnologia nuclear, etc. - e, de novo, as consequências de uma transação parcial se fizeram sentir: o Brasil continuou a depender do "know how" estrangeiro, potenciou gastos inúteis, etc. O afastamento em relação ao eixo norte-americano chegou a seduzir alguns antigos nacionalistas que, entretanto, prosseguiram aliados de qualquer decisão.

"O Acordo Nuclear recebeu ampla cobertura nos meios de comunicação, após decisão que envolveu exclusivamente elementos ligados ao governo, como exemplo de mais uma prova de eficiência administrativa. Foi utilizado como evidência de engrandecimento nacional - 'Brasil, grande potência' - e através dele o sistema de poder mais uma vez se afirma e se legitima como eficiente e racional. Houve uma intensa propaganda das metas de nacionalização progressiva do setor nuclear, encobrendo a desnacionalização que progride em outros setores. Por exemplo, já que a preocupação maior é com a geração de energia, até hoje a energia hidráulica depende de unidades importadas, sem que se tenha cogitado de aumentar a participação da indústria nacional na fabricação dos componentes".³⁶

As discussões que se seguem à assinatura do acordo, as críticas do empresariado à estatização vislumbrada em sua implementação, os desvios de rota denunciados - dos quais decorreu a CPI instalada no Senado Federal em 78 -, a morosidade nos passos anunciados como nacionalizantes e o progressivo abandono dos objetivos iniciais acabam por provar a inconsistência do programa, revelando-o como mais um elefante branco de fachada nacionalista e conteúdo duvidoso. E que está até hoje na prateleira dos problemas a serem resolvidos.

A história da política nuclear brasileira, portanto, constitui exemplo de como se perpetuam ambos os equívocos anteriormente referidos. De um lado o nacionalismo aparece como um apelo disponível para fins de legitimidade, seja qual for o projeto político em curso; isto, porém, nem sempre é percebido por aqueles que avaliam o processo: alguns atores, inclusive, iludindo-se com a a-

parência, identificam aliados onde existem inimigos. De outra parte, em todas as decisões governamentais - bem ou mal intencionadas, mais ou menos democráticas - verifica-se a indefectível defasagem entre discurso e prática; o nacionalismo é reiterado, mas a questão nacional permanece intacta.

O enfoque um pouco mais detalhado de dois momentos desta evolução permite visualizar com nitidez os elementos de continuidade, em termos da ambigüidade nacionalismo/questionamento nacional, na política nuclear, bem como aquilo que diferencia o presente do passado.

3. O primeiro momento

Em 1940, pouco depois de inauguradas as descobertas no campo da fissão nuclear, o governo dos Estados Unidos lançou o "Programa de Cooperação para Prospecção de Recursos Minerais", com o qual procurava detectar em outros territórios as matérias-primas atômicas de que carecia. Em consequência, o Brasil foi vasculhado por especialistas americanos que levantaram informações acerca de jazidas petrolíferas, toríferas e uraníferas.³⁷

Com o desenrolar da guerra mundial, que já eclodira, as pesquisas no campo da energia nuclear foram expandidas, multiplicando-se os conhecimentos existentes sobre sua utilização com finalidades bélicas. O resultado foi a bomba atômica americana que explodiu ao final do conflito e que selou a condição (política, econômica e militar) dos Estados Unidos como potência hegemônica no mundo capitalista.

No processo de estreitamento das relações com a América Latina, então valorizado, o governo americano conseguiu a aprovação de uma resolução, na Conferência de Chapultepec, em 1945, que comprometia os países do continente, seus aliados, com o fornecimento de matérias-primas estratégicas para suprir necessidades de guerra. Neste mesmo ano foi assinado o primeiro acordo nuclear entre Brasil e Estados Unidos (6 de julho de 1945, ratificado a 20 de julho): o Brasil venderia, exclusivamente aos Estados Unidos, 300 toneladas anuais de monazita, ao preço de 31 a 40 dólares a tonelada, pelo prazo de três anos, prorrogáveis ao máximo de dez vezes.³⁸

As conjunturas nacional e internacional que se seguiram à guerra, porém, trouxeram alguns complicadores às negociações no campo dos minerais atômicos. No Brasil, com a queda do Estado Novo, ainda em 45, a redemocratização impôs que a questão fosse discutida numa arena mais ampla.³⁹ Por outro lado, com o fim da guerra, instalou-se na ONU uma comissão internacional para discutir uma política nuclear a ser implementada mundialmente, o que despertou o interesse de determinados setores nacionais em relação à possibilidade de, tirando proveito de uma barganha mais diversificada das matérias-primas nativas, desenvolver no Brasil um programa nuclear.

Os debates na Comissão de Energia Atômica da ONU prolongaram-se de junho de 46 a setembro de 47. Resultaram destes debates apenas algumas normas destinadas a garantir o emprego pacífico da energia nuclear e a redução da corrida armamentista. Mas os reflexos, no Brasil, não foram desprezíveis. O chefe da delegação brasileira, Almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva, assumiu desde logo a liderança de uma posição de nacionalismo moderado. Colo-

cou-se contra o plano Baruch - proposta americana que sugeria o estabelecimento de uma entidade internacional com atribuições de controlar as jazidas, as usinas e o emprego da energia nuclear em esfera mundial -, o qual implicaria em obstáculos definitivos a qualquer pretensão nuclear, e formulou o "Princípio das Compensações Específicas", cujas principais proposições eram: preço remunerador da matéria-prima como base necessária, mas não suficiente para qualquer acordo; representação permanente dos países possuidores de minérios no órgão internacional de controle; e instalação em território dos países possuidores de minérios, de reatores nucleares de todos os tipos, inclusive para a produção de potência.⁴⁰ Maria Cristina Leal transcreve trechos do documento enviado de Nova York pelo Almirante ao governo brasileiro, em que revela sua preocupação de resguardar as reservas nacionais.

"É minha convicção, Sr. Embaixador, que nos encontramos em face de um dilema decisivo e irrecorrível: ou nos preparamos para tomar posse de nossas riquezas naturais - no caso específico atômicas - ou nos veremos constrangidos ao espetáculo degradante de assistirmos impotentes à evasão delas, por bem ou por mal (...) É essa a impressão objetiva que guardamos dos debates em que, com a maior sem-cerimônia, se tratou das matérias-primas para a energia atômica como 'res commons' de reajustamentos das injustiças da natureza".⁴¹

Esta postura de nacionalismo moderado vai impregnar alguns setores do governo brasileiro (Dutra, na época, e Vargas, em seguida), consubstanciando-se na criação da Comissão de Estudos e Fiscalização dos Minerais Estratégicos (CEFME), a 20 de janeiro de 1947 - primeira agência estatal a tratar da questão dos minérios a

tômicos - e, posteriormente, no CNPq. A CEFME, que havia sido sugerida pelo Conselho de Segurança Nacional, funcionou dentro da secretaria geral deste órgão, chegando a preparar uma proposta substitutiva para o acordo atômico firmado em 45 entre Brasil e Estados Unidos.

"Tal comissão, sob a esclarecida presidência do então coronel e hoje general Bernardino Correia de Matos Neto e que, com a assistência técnica do geólogo Othon Leonardo, tomou as primeiras medidas realmente eficazes para restringir as exportações de nossos minerais atômicos, controlando todos os contratos de exportação de monazita, impedindo o acréscimo da tonelagem exportada, provocando o aumento do respectivo preço unitário. Essa Comissão, baseada nas atribuições que lhe haviam sido conferidas, conseguiu tornar praticamente inoperante o acordo internacional para o caráter unilateral do referido acordo, altamente lesivo ao interesse nacional".⁴²

O CNPq, imaginado também dentro do espírito do nacionalismo moderado⁴³ foi criado em função, sobretudo, da necessidade do Brasil se equiparar às outras nações na pesquisa nuclear e com a finalidade de promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento.

"É um fato reconhecido que, após a última guerra, tomaram notável e surpreendente incremento, não só por imperativo de defesa nacional senão também por necessidade de promover o bem estar coletivo os estudos científicos e, de modo particular, os que se relacionam com o domínio da Física Nuclear (...) É evidente, para

quem seriamente pensa nos destinos do país, que o Brasil não poderia ficar alheio àqueles propósitos decorrentes, sobremaneira, da atual conjuntura histórica".⁴⁴

.....

"O Conselho incentivará, em cooperação com os órgãos técnicos oficiais, a pesquisa e a prospecção das reservas existentes no país de materiais apropriados ao aproveitamento da energia atômica".⁴⁵

.....

"Razões decorrentes da política internacional aconselham aos brasileiros o dever e a decisão de se habilitarem para o aproveitamento de sua riqueza atômica, cuidando de mobilizar o imenso potencial econômico que lhes deu a natureza".⁴⁶

A lei que criava o Conselho Nacional de Pesquisas - lei nº 1310, de 15 de janeiro de 1951, subordinando-o diretamente à Presidência da República - proibia, ademais, a exportação de urânio, tório e seus compostos, salvo de Governo a Governo e colocava sob controle do Estado todas as atividades referentes ao aproveitamento da energia atômica.⁴⁷ Outro mecanismo legal elaborado no interior de um projeto nacionalista "pragmático"⁴⁸ de defesa dos recursos naturais estratégicos, foi o decreto nº 30.230, de 19 de dezembro de 1951, que aprovava o regulamento para pesquisa e lavra de interesse para a produção de energia atômica.

"As jazidas de substâncias de interesse para a produção de energia atômica constituem reserva nacional, consideradas essenciais para a segurança do país, e ficam sob controle do Estado nos termos do artigo 5º da lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951".⁴⁹

O grupo nacionalista moderado, segmento governamental que levou a cabo as primeiras formulações oficiais a respeito da política nuclear brasileira - encrustado, segundo Maria Cristina Leal no Conselho de Segurança Nacional, no Estado Maior das Forças Armadas e no recém-criado CNPq e representado, a nível da política econômica geral, conforme apontado por Vera Alice Cardoso Silva, pela assessoria econômica de Vargas - contrastava com um outro tipo de pensamento, o dos "nacionalistas radicais" ou "antiimperialistas". Estes últimos tiveram nos oficiais que à época atuavam no Clube Militar, vindo a dirigí-lo por algum tempo, seus mais agueridos porta-vozes.

Nos debates travados no Clube Militar estão explicitadas as divergências entre as propostas nacionalistas "radicais" e a orientação das agências governamentais defensoras de um "nacionalismo com alguma autonomia".⁵⁰ Em vários artigos publicados pela Revista do Clube Militar, o problema da energia atômica é abordado como uma questão de segurança nacional, ressaltando-se por um lado a necessidade de desenvolvimento de um programa nuclear brasileiro e, por outro, o papel do Estado no controle e na utilização dos minérios.

"O assunto é de magno interesse para todos e urge colocá-lo convenientemente, uma vez que está em íntima ligação para a defesa nacional (...) O Exército, um dos principais responsáveis pela defesa nacional, não pode ficar estranho a problema de tal magnitude".⁵¹

"O problema das areias monazíticas e demais minerais radioativos e estratégicos é o problema da espoliação de nossas riquezas por

alguns consórcios internacionais, os quais atentam contra nossa independência econômica, contra nosso progresso e contra a defesa nacional, que é nossa sagrada missão de soldados (...)"⁵²

Enquanto o CNPq, da mesma forma que o Conselho de Segurança Nacional, nunca se recusou a estabelecer acordos com os norte-americanos, os nacionalistas do Clube Militar repudiavam violentamente qualquer tipo de negociação com o centro hegemônico, denunciando, inclusive, os Estados Unidos como responsável pela expropriação das riquezas brasileiras e pela condição de "subdesenvolvimento" do país. A exportação de minerais atômicos constituía outro ponto diferenciador entre as duas posições: os radicais defendiam a total proibição das exportações, ao passo que o grupo moderado assumia a tese das "compensações específicas" do Almirante Álvaro Alberto como o mecanismo mais viável para que o Brasil realizasse progressos no campo nuclear. Os moderados julgavam sensato tentar intercâmbios com o exterior no sentido de conseguir a tecnologia que o Brasil não dispunha, o que era negado pelos "anti-imperialistas".

Tanto no que dizia respeito ao tratamento preferencial a ser dispensado aos minérios - exportar segundo o princípio das "compensações específicas ou proteger de qualquer uso alienígena - quanto em termos das propostas concretas de implementação de um possível programa nuclear brasileiro (autônomo ou com certo grau de associação), os nacionalistas moderados e os nacionalistas radicais divergiam, embora não fossem exatamente antagônicas as suas concepções. O "inimigo comum" estava presente no seio mesmo do governo, representado pelos técnicos da Comissão de Exportação de Ma

teriais Estratégicos (CEME), criada por Vargas em 52, para funcionar dentro do Ministério das Relações Exteriores⁵³ e pelo próprio Itamarati.

A CEME, proposta por João Neves da Fontoura, então Ministro das Relações Exteriores, absorveu as atribuições do Conselho Nacional de Pesquisas relacionadas à autorização de venda de urânio, tório e seus componentes minerais. Cabia também a ela aprovar ou modificar os planos de exportação de qualquer material estratégico de origem vegetal ou mineral enquadrado nos interesses da Segurança Nacional.

"...Eu comecei a pensar na possibilidade de que os financiamentos fossem retidos ou de morados, enquanto nós exportávamos sempre que eles queriam. Então imaginei a possibilidade (...) de criar um órgão que fosse uma espécie de chave de segurança para garantir ao Brasil os financiamentos contra a possibilidade de impedir exportações (...)"⁵⁴

Havia, portanto, um segmento do poder governamental, "defensor do que se poderia chamar de 'via natural' da industrialização",⁵⁵ anti-estatista e favorável ao estímulo às atividades econômicas nas quais o Brasil gozasse de reconhecida vantagem comparativa. Entre essas atividades destacavam-se principalmente a agricultura e a mineração. Esse grupo liberal achava-se localizado sobretudo nos ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores e foi ele que trabalhou, até 1953, em estreita colaboração com a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, definindo problemas e formulando políticas em consonância com a proposta básica daquela comissão: a de modernizar o aparato de serviços para estimular o setor agro-exportador e

o da mineração. Junto a ele atuavam as pressões dos grupos privados, nacionais e estrangeiros, visando diminuir ou neutralizar impactos dos projetos nacionalistas elaborados por outros setores.⁵⁶

É neste contexto, marcado pela polêmica em torno da utilização dos recursos naturais atômicos, que os passos preliminares para a formulação de uma política nuclear são dados no Brasil. Política que, como já se indicou, tem uma explicitação nacionalista - tanto em termos dos objetivos das agências criadas para dele cuidar quanto no que diz respeito ao discurso oficial que a envolve - mas cuja implementação está condicionada por pressões externas, materializando-se em acordos totalmente defasados da retórica vigente. Na prática, apesar das tentativas governamentais de imprimir uma orientação autonomista ao processo decisório, as medidas tomadas redundam no atendimento dos interesses (sobretudo) norte-americanos, de impedir a introdução de um programa nuclear no Brasil e garantir a exclusividade nas negociações dos minérios brasileiros.

Os Estados Unidos vinham se preocupando com o controle dos minerais atômicos desde a guerra. Antes mesmo de explodir a bomba, o governo americano nomeou uma comissão para traçar as diretrizes de uma política nuclear. Dela resultou a Lei Macmahon, em 1946, que estabelecia o monopólio estatal quase que integral de tudo o que se referisse à energia atômica e criava um organismo capaz de assegurar o cumprimento da Lei - a Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos. Resoluções semelhantes foram adotadas por países como a Inglaterra, França e União Soviética, onde já se havia desenvolvido algum tipo de tecnologia nuclear.

O final da guerra, como se sabe, marcou a substituição

do poderio europeu pela existência antagonizada de dois blocos, liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Tal situação colocou em primeiro plano, para estas duas grandes potências, a questão do domínio de áreas de influência. A estratégia utilizada pelos norte-americanos para a conquista e a manutenção de suas próprias "áreas de influência" foi a guerra fria, artifício de intervenção internacional que consistia num misto de ação militar e diplomacia. Com a guerra fria, agravaram-se as tensões entre os dois blocos, chegando, em determinados momentos, a conflitos abertos como na guerra da Coreia (1950/1953), sem dúvida o maior deles.

Naturalmente, uma corrida armamentista acompanhou esta dinâmica. Os Estados Unidos passaram a se empenhar na obtenção de recursos estratégicos, entre os quais se encontravam os conhecidos materiais físséis brasileiros. E, uma vez fracassado o intento inicial nas reuniões da Comissão de Energia Atômica da ONU, em 46, buscaram efetivar acordos de exportação exclusiva. Em 48, aproximando-se a data de expiração do primeiro triênio do Acordo Atômico de 1945, o governo americano manifestou ao ministro brasileiro das relações exteriores (Raul Fernandes, na época), a intenção de prorrogá-lo. No Brasil, fora recentemente instituída a CEFME e debatia-se a criação do CNPq, órgãos destinados à proteção dos minérios; havia, pois, resistência. O compromisso com o governo americano não foi prorrogado oficialmente, mas, apesar das restrições já em vigor no país, um acordo administrativo, assinado a 26 de novembro de 1948 - dando prosseguimento ao programa de cooperação de 1940-, asseverou a continuidade das exportações exclusivas para os Estados Unidos. O acordo estabelecia um íntimo entendimento entre o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) do Ministério da Agricultura, o Bureau of Mines e o Geological Survey do Departamen-

to do Interior dos Estados Unidos: Pelo seu item 6, era permitida "a exportação de espécimes e amostras geológicas destinadas a estudo, para os Estados Unidos, isentas de impostos".⁵⁷

Em 1951 veio ao Brasil o presidente da Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, Gordon Dean, com a missão de manter os privilégios comerciais. A visita resultou na assinatura do segundo Acordo Atômico Brasil/Estados Unidos, em fevereiro de 52. Pelos seus termos, o Brasil venderia aos americanos 15 mil toneladas de monazita, sais de cério e terras raras no período de três anos. As negociações foram conduzidas pelo Itamarati. Maria Cristina Leal registra que o Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura obteve autorização do CNPq - que controlava as exportações de minérios pautando-se pelo "princípio das compensações específicas" e subordinando a venda de minerais atômicos a um "preço justo acrescido do direito à compra de equipamentos para o setor nuclear brasileiro" - para a exportação de monazita alegando "motivos de ordem superior". Ou seja, o Brasil "trocou" a ida à Coreia pela venda de minérios estratégicos.

"Estávamos diante da crise da Coreia. O governo brasileiro, em face dos compromissos internacionais, poderia, segundo indicava o general Gois Monteiro, ser chamado a enviar, inclusive, tropas às zonas de batalha. E considerava o General Gois Monteiro, nessa ocasião, que uma das formas de cooperação que o Brasil poderia dar aos Estados Unidos, naquela altura, seria o fornecimento de materiais críticos, uma vez que não convinha ao Brasil, nem política, nem militar, nem financeiramente, assumir o ônus do envio de uma força expedicionária ao teatro de guerra, tão afastado do nosso continente".⁵⁸

Naquele mesmo ano, a 15 de março de 1952 (menos de um mês após a assinatura do 2º Acordo Nuclear), um acordo militar entre Brasil e Estados Unidos foi firmado. Por tal acordo, os Estados Unidos obrigavam-se a fornecer ao Brasil materiais, serviços ou outra espécie de assistência militar, sem que isto constituísse empréstimo, mas mera "entrega", com utilização não especificada pelos termos do ajuste. O Brasil remeteria aos Estados Unidos, em compensação, materiais básicos e estratégicos, através de acordos a serem negociados a preço corrente no mercado mundial. O acordo militar só foi ratificado pelo Congresso em 1953, depois de um ano de debates. Na verdade, o ato que o ratificou retirava a discussão dos acordos atômicos do âmbito do legislativo, dando ao executivo poder, com força de lei, para celebrar acordos com os Estados Unidos por meio de simples troca de notas diplomáticas. Daí os acordos nucleares posteriormente firmados com os Estados Unidos não terem sido submetidos ao Congresso.

"Convém não esquecer que o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos foi também examinado, naquela sessão, pelo Conselho e, por unanimidade, foi autorizado o Presidente da República a firmá-lo, depois de discussão entre a delegação norte-americana e a nossa. Contra ela, mais tarde, desencadearam comunistas e peronistas violenta campanha. Mas Vargas o queria, o aprovou, assim como o Congresso. Constituiu obra útil, necessária e desejosa, sobretudo pelos chefes militares, sob cuja responsabilidade se firmou".⁵⁹

A CEME - Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos - garantiria o cumprimento do 2º Acordo Nuclear e do Acordo Militar, na medida em que, como se viu, absorvera algumas atribui-

ções do CNPq. A CEME conseguiria fazer assinar, ainda, um 3º Acordo Atômico com os Estados Unidos, em 1954, quatro dias antes da morte de Vargas. Uma minuta de acordo havia sido apresentada a Vargas pelo Ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha: o governo norte-americano propunha ao Brasil trocar cinco mil toneladas de monazita acrescidas de cinco mil toneladas de sais de cério e terras raras por dez mil toneladas de trigo Hard Winter nº 2. A CEME aprovou este terceiro acordo por maioria de votos.

"Não foi possível a esta Comissão de Inquérito esclarecer as razões pelas quais o presidente Getúlio Vargas, que aprovava em 30 de novembro de 1953 o Relatório 771 e a exposição 772 adotando portanto a esclarecida política do CNPq e do CSN, deu o seu consentimento ao acordo de 1954, que fazia tábula rasa dessa política. Cerca de dois meses após a 22ª Reunião da CEME, o presidente assinou, por troca de notas com o governo dos Estados Unidos, esse acordo, no dia 20 de agosto de 1954, quatro dias antes de seu trágico suicídio".⁶⁰

Assim, desde o início, a contradição entre discurso e "policy" real aparece com clareza na política nuclear brasileira. Enquanto internamente são criadas agências de proteção aos minérios atômicos e elaboradas leis proibindo a sua exportação, sucessivos acordos garantem a evasão destes mesmos recursos. Os próprios textos legais se contradizem;⁶¹ os diversos organismos instituídos para tratar da política nuclear não apenas ficam subordinados a ministérios diferentes como executam políticas não convergentes. Os documentos da CPI sobre energia nuclear instalada no Congresso Nacional anos depois, em 1956 - citados por Maria Cristina Leal e por Regina Morel -, mostram os trâmites complicados das relações

com os Estados Unidos. Vargas concordava com as recomendações do CNPq mas acabava cedendo às pressões exercidas pelo Itamarati.⁶²

Alguns autores têm apontado este processo de fragmentação decisória como o responsável em muitos casos por omissões (ou não decisões) governamentais que resultariam, ao fim e ao cabo, em políticas contrárias à retórica oficialmente adotada.⁶³

"Em decorrência da estratégia adotada para tentar formular e implementar um programa nuclear, surgiram os acordos, os conselhos, as comissões, sempre criados junto ao aparelho do Estado, mais especificamente o Executivo, como resposta às divisões de forças que apoiavam Dutra e Vargas. Este fato teve forte influência sobre o processo decisório que envolveu a questão nuclear".⁶⁴

"Percebemos na análise da política nuclear uma série de incongruências e contradições entre a política explícita e a implícita. Se aquela coloca como objetivo principal o aproveitamento da energia nuclear, fator de desenvolvimento capaz de alterar as relações de poder entre as nações, a política implícita se efetua dentro dos marcos da dependência do capital e da tecnologia dos países centrais, que têm caracterizado as relações entre países no sistema capitalista".⁶⁵

De fato, as incongruências aparentes são inúmeras. Neste período em que começam no Brasil as discussões sobre o uso dos recursos naturais atômicos e sobre as bases de um programa nuclear, a tônica é a ambigüidade. No entanto, na medida em que dessa ambigüidade - que institucionalmente se configura nos mecanismos

de fragmentação decisória, conflito interburocrático, etc. - decorre concretamente uma política reforçadora de determinado modelo, não há como ignorar a sua funcionalidade. Os traços que distinguem a inserção brasileira no universo capitalista estão ali presentes, como de resto em outros momentos. O Estado leva adiante um projeto de classe, cujas relações com o mundo desenvolvido não podem ser rompidas impunemente; sua linguagem autonomista tem apenas um sentido político, visando sedimentar um pacto mais amplo de sustentação. Os grupos "anti-nacionalistas" sabem disso, pois embora combatendo a ideologia protecionista oficial, atuam livremente no interior do aparato estatal, e chegam a impor as suas propostas. Quem se ilude, porém, é o setor nacionalista radical, ao conceber a possibilidade de resolver a "questão nacional", com a qual está identificado, pela estatização: comprometido com o sistema abrangente, o Estado, ainda que alimentando a mística do nacionalismo, por meio de suas próprias decisões impede que a questão nacional venha a se transformar numa política substantiva.

4. O segundo momento

Numa conjuntura bastante diversa e posterior, a assinatura do Acordo Brasil-Alemanha em 1975 retraz para o centro do palco a política nuclear brasileira com todas as suas reticências. Novamente, justificativas nacionalistas encobrem medidas que aumentam a distância em relação aos anseios de "independência nacional". E novamente, apesar do autoritarismo então vigente - no pós-guerra, ao contrário, vigorava no país um regime de relativa democracia -, o nacionalismo volta a empolgar de modo acríptico certos

setores da sociedade.

Em março de 74 assume a Presidência da República o general Geisel, dando seqüência à intervenção militar imperante desde o golpe de 64, mas imprimindo à administração estatal um estilo diverso de seus antecessores. Mais centralizador em termos de "decision-making"⁶⁶ e adotando um discurso voltado para o fortalecimento do mercado interno, Geisel, na verdade, se defrontava com contingências diferentes das que haviam propiciado o "milagre" do começo da década. Uma crise no mercado mundial se intensificara, minando os pés de barro do modelo brasileiro de desenvolvimento, baseado em grande parte nas exportações. Segmentos importantes das classes dominantes vinham, por seu turno, se desgarrando do bloco de poder instituído. O presidente Geisel se verá obrigado a redefinir alguns parâmetros da atuação governamental autoritária: a ênfase se interna (não mais apenas como orientação de uma política externa "independente" à Médici) na questão nacional - indústrias de base, tecnologia, etc. - e a distensão política serão traços marcantes de seu mandato.

O Acordo Brasil-Alemanha, embora possa ser visto como a culminância de uma política nuclear cautelosamente implementada pelos militares a partir de 68, tem a ver, sem dúvida, com o contexto do governo Geisel. O gigantismo do projeto buscava satisfazer demandas de amplificação da imagem de um "Brasil-potência", mecanismo ideológico de legitimação usado pelo autoritarismo e tornando mais premente face às dificuldades da época. A insistência com que o aparelho governamental se pôs a explicar as cláusulas do acordo, procurando torná-lo palatável diante da opinião pública, decorreu, todavia, do crescente retorno à cena política de atores a-

lijados pelo arbítrio implantado em 1964.

Firmado a 27 de junho de 1975, o Acordo Nuclear com a Alemanha abrangia: prospecção, extração e processamento de minérios de urânio, bem como a produção de compostos deste material; produção de reatores nucleares, outras instalações atômicas e seus componentes; enriquecimento de urânio e serviços relacionados com esta atividade; produção de elementos combustíveis e reprocessamento de combustíveis irradiados. A cooperação prevista envolvia a transferência das informações tecnológicas indispensáveis a tal empreendimento. Quanto às salvaguardas impostas pela legislação internacional, seria assinado um acordo com a Agência Internacional de Energia Atômica, que verificaria se o uso dos equipamentos, materiais e informações implicava em armas ou explosivos nucleares. A vigência do Acordo Nuclear seria de quinze anos, prorrogáveis por períodos de cinco anos, desde que não fosse denunciado por qualquer das partes pelo menos doze meses antes da expiração. O investimento brasileiro foi orçado em cerca de 10 bilhões de dólares. A firmando que o objetivo geral do programa era a implantação no Brasil de capacidade industrial em todas as áreas do uso pacífico da energia nuclear - assim como contribuir para o atendimento da demanda de urânio da República Federal Alemã -, ambos os países se comprometiam a negociar pelos melhores preços existentes no mercado.⁶⁷

Ainda segundo o texto legal, para a prospecção, pesquisa, desenvolvimento, mineração e exploração de depósitos de urânio no Brasil e para a produção de concentrados de urânio natural, a Nuclebrás formaria uma "joint-venture" com a Urangesellschaft (51% de participação da empresa brasileira e 49% da alemã) para atuar

em áreas indicadas pela Nuclebrás, cabendo 80% à satisfação das necessidades nacionais.

O enriquecimento de urânio ficaria a cargo de uma usina semi-industrial a ser construída no Brasil. A Nuclebrás se associaria à Steag (50% de cotas para cada uma) para prosseguimento dos trabalhos de desenvolvimento do processo escolhido, o jato-centrífugo. Para a indústria de reatores nucleares estava prevista a constituição de uma empresa - a Companhia de Engenharia de Usinas Nucleares - mediante a associação entre a Nuclebrás (75%) e a Kraftwerke Union (KWU, 25%); no tocante aos equipamentos convencionais e às obras civis das usinas nucleares a companhia deveria contratar os serviços de empresas brasileiras de engenharia. Além disso, se criaria uma empresa subsidiária da Nuclebrás (75%) com a participação de um consórcio europeu (25%) formado pela Voest Alpine, GHH Sterkrade e a KHU (líder) para a fabricação de componentes pesados; a tecnologia adotada seria a da firma alemã KWU. Empresas brasileiras de mecânica pesada convencional que se habilitassem como fornecedoras de equipamentos complementares poderiam ter participação acionária, com a redução das cotas da Nuclebrás até o limite de 51%. A KHU daria não só assistência técnica à Nuclebrás para construção e operação de uma fábrica de elementos combustíveis - a Usina de Fabricação de Elementos Combustíveis - como também equipamento de reatores, com progressivo grau de nacionalização. As quatro primeiras usinas seriam compradas à KHU com gradual participação da indústria brasileira e as quatro últimas - um total de oito usinas, portanto, estava programado - já se fariam sob responsabilidade da indústria nacional.

Em seu primeiro pronunciamento público sobre o Acordo,

o Palácio do Planalto destacou a necessidade de se preparar o campo tecnológico nacional para a geração elétrica de base nuclear pela assimilação de know-how no menor prazo possível, "se possível" de maneira não dependente, ou, pelo menos, "com a menor dependência possível de recursos materiais e de tecnologia de outros países mais desenvolvidos no setor".⁶⁸ O objetivo declarado era o de procurar absorver tecnologia de enriquecimento do urânio e reatores, já que "a urgência de decisões no campo nuclear não permitia aguardar o desenvolvimento por meios próprios de uma tecnologia nacional".⁶⁹ Nos contatos estabelecidos com vários países - afirma a nota divulgada - as condições de cooperação oferecidas por firmas alemãs pareceram as mais vantajosas, havendo a possibilidade da Nuclebrás se articular com outros países "tanto em campos cobertos pela cooperação com a RFA quanto em muitos outros que nela não se incluem".⁷⁰ O pronunciamento reiterava, ainda, a decisão de não assinar o Tratado de Não-Proliferação apresentado na Conferência de Genebra em 1967, insistindo em seu caráter discriminatório.

"Não concordamos que o mundo seja dividido em duas partes: de um lado, os países do 'clube atômico' que podem continuar a aumentar seu poderio militar atômico, sem restrições; de outro lado, o resto, privado de seus direitos soberanos em troca de nada e aproveitando as migalhas que lhes queiram fornecer os poderosos do outro grupo".⁷¹

A principal razão apresentada pelo governo ao buscar novas fontes de ajuda para o desenvolvimento de um programa nuclear foi a vulnerabilidade da dependência do combustível atômico à qual o Brasil estava sujeito pelo acordo de 1972 com os Estados Unidos.⁷² A Alemanha teria sido o único, dos países contactados, dis-

posto a transferir tecnologia. O método de enriquecimento de urânio a ser trazido para as usinas brasileiras seria, porém, o mais caro e com menor índice de comprovação entre os conhecidos.⁷³

Para a República Federal Alemã, país pobre em recursos energéticos e minerais, de certo atuou como fator de atração o fato do Brasil ser potencialmente rico nestas matérias primas. Um grupo de técnicos alemães chegou a vir ao Brasil para pesquisar as reservas de urânio; o resultado não foi divulgado, mas supõe-se que deva ter sido satisfatório. A firma KWU, produto de uma associação entre a Siemens e a AEG, operando com tecnologia sob licença da Westinghouse, levava não poucas vantagens com o Acordo: tratara, a final, um vultuoso e raro negócio, visto que geralmente se via impedida de exportar devido à concorrência norte-americana.

O anúncio da assinatura do Acordo Brasil-Alemanha não suscitou, de imediato, grandes polêmicas em torno do seu conteúdo. A restrita circulação de informações que a censura aos meios de comunicação então impunha foi, em parte, responsável por declarações (esparsas) como a do deputado Israel Dias Novaes, vice-líder do MDB (partido de oposição que depois se tornaria ferrenho adversário do Acordo), que considerou as críticas à "correta" política nuclear do governo "um desabafo de multinacionais interessadas no sistema obsoleto predominante no setor".⁷⁴ No entanto, a reação norte-americana ao Acordo contribuiu também para reavivar o incauto nacionalismo de determinadas áreas da sociedade brasileira.

"(...) Não temos mais o monopólio do conhecimento nuclear (...) Temos de encontrar novas formas de controle. Podemos imaginar qualquer pequenina nação do mundo com sua própria bom-

ba atômica nos próximos quinze ou vinte anos, a menos que façamos algo".⁷⁵

"O atual governo do Brasil pode ser muito dócil em sua amizade com os Estados Unidos. Não estou de forma alguma questionando isso (...) Creio que, de todos os países do mundo, o único que não poderia ter feito isso era a Alemanha Ocidental (...) Gostaria de concluir dizendo que, se esse acordo for concluído agora dessa forma, ele fará troça da Doutrina Monroe".⁷⁶

"(...) O mundo ainda não nos pode ignorar no que diz respeito ao controle da proliferação nuclear".⁷⁷

A preocupação dos Estados Unidos ficou clara, por exemplo, na convocação, por parte do governo americano, de uma reunião realizada em Londres a 18 de junho de 1975 entre os principais detentores da tecnologia nuclear (Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha, França, Canadá e Alemanha); o presidente alemão, Walter Scheel, chegou a viajar para os Estados Unidos, presumivelmente para se explicar e tranquilizar o governo americano.⁷⁸

Na Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro de 1975, algumas das grandes potências manifestaram novamente seus receios com a proliferação de armas nucleares. Embora não se tenha feito referência explícita ao Brasil, as intenções eram evidentes. Uma proposta norte-americana, expressa pelo Secretário de Estado Henry Kissinger, sugeria o estabelecimento de "centros regionais multinacionais de energia nuclear".⁷⁹ O chanceler britânico Callaghan informou que seu país pretendia apresentar proposta à Agência Internacional de Energia Atômica para reforçar seu poder de contro-

le e fiscalização de materiais e equipamentos nucleares.

Estas atitudes mostram que havia, com efeito, o propósito de se evitar que novos países entrassem para o "clube nuclear". "A posse de avançada tecnologia nuclear, quaisquer que sejam suas implicações, tem o efeito cumulativo de contribuir para aumentar o poder relativo dos estados detentores e, de outro lado, afastar os 'have not' já definidos em temas de desenvolvimento econômico dos centros de decisões internacionais".⁸⁰ Segundo Regina Morel, outra não seria a razão pela qual as grandes potências se recusavam a transferir a tecnologia de reatores e de enriquecimento de urânio, procurando cercar as transações comerciais de salvaguardas cada vez mais severas.⁸¹

De todo modo, a posição americana diante do Acordo Brasil-Alemanha, disfarçada em temor quanto à paz e à segurança - o Brasil não era signatário do Tratado de Não-Proliferação -, mas óbvia em seu desagrado,⁸² foi funcional do ponto de vista da política nuclear brasileira, na medida em que alimentou as expectativas nacionalistas. Declarações oficiais do governo reafirmaram que o Brasil já previa a pressão externa, "mais um passo na escalada dos grandes contra os países em desenvolvimento",⁸³ o que teria motivado o sigilo que envolveu as negociações entre Bonn e Brasília, surpreendendo, inclusive, os meios científicos que não foram consultados.

E, de fato, embora não consultados, os cientistas, num primeiro momento, não demonstraram grandes discordâncias em relação ao Acordo. Logo após a divulgação dos termos contratados, a atitude que prevalece nesse setor é de relativa aceitação: o Acor -

do, que só entraria em vigor, a 18 de novembro de 75, recebeu, por parte da comunidade científica nacional, um tratamento "natural", merecendo apenas considerações de ordem técnica. Os físicos, por exemplo, se preocupavam com "a forma como se dará a transferência de tecnologia e qual o papel que lhes caberá neste processo".⁸⁴ Entre os pontos em pauta estava "a falta de normas técnicas, um dos maiores obstáculos à participação do parque industrial do país na execução do Acordo Brasil-Alemanha".⁸⁵

Segundo relatório da comissão especial formada pela Sociedade Brasileira de Física,⁸⁶ a absorção da tecnologia nuclear só se tornaria eficaz caso fosse atendida a demanda maciça de engenheiros e técnicos para a indústria nuclear e órgãos normativos e caso fossem criadas, no mais breve prazo, condições para a formação de um número adequado de profissionais, em nível de pós-graduação, de alta qualidade. José Goldenberg, presidente da SBF, deixaria entrever suas expectativas diante do Acordo, salientando a necessidade de transferir não só a tecnologia do ciclo do combustível, mas também a de reatores, "para que se possam desenvolver futuros reatores brasileiros".⁸⁷

"O país precisa formar nos próximos 10 anos um mínimo de 3 mil 200 elementos especializados (...) formar todo esse pessoal em apenas dez anos é, sem dúvida, um grande desafio (...) Desse modo, é preciso multiplicar urgentemente a nossa capacidade de formação de especialistas em energia nuclear, de modo a que possamos não apenas suprir as necessidades geradas pelo acordo nuclear com a Alemanha como, e o que é muito mais importante, formar um contingente de elementos capazes de, a médio prazo, desen

volver uma tecnologia nuclear própria".⁸⁸

A grande imprensa, por sua vez, de imediato saudaria com entusiasmo a decisão do governo brasileiro de procurar na Alemanha o parceiro para desenvolver um programa atômico nacional. Antes mesmo de firmado o Acordo, quando o presidente Geisel alterou a legislação sobre atividades nucleares no Brasil - criando a Nuclebrás, em dezembro de 1974 -, um editorial típico do clima que cercou o processo ressaltava os horizontes que se abriam para o país.

"O Brasil optou pelo uso de urânio enriquecido como combustível para os seus reatores. É um primeiro passo. Estamos ingressando, dessa forma, numa tecnologia mais avançada, em comparação com as usinas que se utilizam de urânio natural e água pesada como moderador. A criação da Nuclebrás, e a própria escala que decorrerá, a pouco e pouco, da implantação de novas usinas atômicas, permitirão que o Brasil ingresse, com realismo, e determinação, nos domínios de uma das técnicas mais sofisticadas do mundo contemporâneo, com todos os benefícios que daí decorrerem para a formação de engenheiros e uma mão-de-obra altamente especializada".⁸⁹

Peça chave da política nuclear formulada pelo governo Geisel, a Nuclebrás surge com a lei 6.189 (de 16 de dezembro de 1974), que introduz profundas mudanças na ainda vigente legislação de 62 - reguladora das atividades da CNEN. Pelo novo documento legal, a CBTN (Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear, sociedade de economia mista filiada à CNEN, criada em dezembro de 1971,⁹⁰ e absorvida pelas Empresas Nucleares Brasileiras S.A. (Nucle-

brás), entidade instituída junto ao Ministério das Minas e Energia. A Nuclebrás, portanto, vinha à luz por fora do controle da CNEN,⁹¹ e esta, ademais, ficava excluída das atividades que envolvessem a execução do programa, passando a exercer apenas funções ligadas à fiscalização e normatização da política nuclear. Também pela lei 6.189 as empresas nacionais ou estrangeiras poderiam participar da exploração de urânio e de outros minerais atômicos. Ou seja, reformulava-se, efetivamente, a legislação do monopólio estatal na área nuclear.

O Acordo Brasil-Alemanha, precedido por tal reorientação, se encaixa, assim, no modelo ambíguo que caracterizou inexoravelmente a política nuclear brasileira. As justificativas nacionalistas⁹² se destinam a amansar setores arredios e a conferir status de interesse nacional às resoluções tomadas; as medidas que operacionalizam o processo, contudo, traduzem uma dinâmica bem mais simplória: a renegociação (ineficaz) das tradicionais relações de dependência.

A lógica que preside a definição dos rumos da política nuclear neste período, se coaduna, por outro lado, com o perfil governamental da ocasião. Geisel promove a estatização decisória - à época, cabe lembrar, as reclamações quanto à "estatização" da economia, por parte do empresariado se avolumam - com vistas ao fortalecimento de certos setores privados. As decisões, aparentemente mais centralizadas, em realidade procuravam minimizar as incertezas geradas pela crise do modelo de desenvolvimento até então adotado. No caso em tela, chamando ao Estado a responsabilidade maior pelo empreendimento nuclear, garantia-se uma feição "nacionalista" à ação do governo, útil no sentido de recompôr ao menos parte da

desgastada imagem do regime.

"... O governo deseja dar preferência à indústria nacional na fabricação de componentes complementares, mediante aumento de sua capacidade produtiva e melhoria da respectiva qualidade (...). Para a Nuclebrás, não será viável atingir os altos índices de nacionalização na indústria nuclear, sem se poder contar com a experiência empresarial do setor privado. O órgão acredita que a padronização dos componentes, combinada com a garantia de encomendas a longo prazo e com a assistência técnico-financeira de órgãos do Governo, é elemento de um modelo novo de relacionamento Estado-empresários capaz de viabilizar o programa nuclear e fortalecer o setor privado.

(...) Os detentores dessa tecnologia mais complexa (para a fabricação de componentes pesados) não estão, normalmente, preparados nem dispostos a transferi-la a entidades a respeito das quais eles não possam estar absolutamente seguros em termos de sua capacidade financeira, técnica e da própria estabilidade como empresa. Daí ser inevitável que o Governo fosse sócio, para o país ter a garantia de obter a transferência da tecnologia".⁹³

A idéia de um Estado-demiurgo, freqüente tentação das elites brasileiras em tempos idos, já não lograria fácil passagem, porém, entre os empresários nos fins da década de 70. Diversamente dos anos 40 e 50, quando o projeto da burguesia nacional (leia-se local) dependia com exclusividade da presença do aparelho estatal, agora - e até pelo papel desempenhado pelo Estado durante a fase mais dura do autoritarismo pós-64 -, fortes o suficiente para traçar seu próprio caminho, as classes dominantes relutarão em parti-

cipar do jogo.

"Há uma certa indisposição de alguns empresários com a Nuclebrás, principalmente daqueles que foram alijados da participação no programa nuclear, por não terem sido considerados aptos a fabricarem os equipamentos atômicos devido principalmente à insuficiência de capacidade tecnológica e financeira para suportar os investimentos".⁹⁴

Enquanto os cientistas se batiam pela relevância de desenvolver uma tecnologia nacional, presos, ainda, ao discurso governamental, e, até considerando o Acordo como "tábua de salvação"⁹⁵ (posteriormente, é claro, viriam a criticar com severidade e rigor as implicações do mesmo), os industriais logo passaram às queixas diretas, reivindicando uma participação substantiva no mercado aberto pelo programa atômico.

"Com o advento do Acordo Nuclear Brasil/Alemanha em junho do ano passado, surgiu para a iniciativa privada nacional uma nova e excelente alternativa econômica. A partir daí os empresários montaram todo um esquema visando a aquisição de tecnologia e recursos financeiros destinados a promover a expansão e modernização de suas empresas para atender às futuras encomendas de equipamentos que vislumbravam.

(...) Mas eis que, à medida que o tempo passava, os órgãos governamentais protelavam a concretização de encomendas de tal ou qual tipo de equipamento para as usinas nucleares. Com isso, os empresários começaram a se preocupar e a ter dúvida quanto à crescente nacionalização do programa que o governo continua pregan-

do.

(...) Há cerca de dois meses, o Governo contratou empréstimos no valor de Cr\$22 bilhões com um pool de bancos alemães, para o financiamento dos dois primeiros reatores previstos no acordo Brasil/Alemanha, que por sinal serão fabricados pela KWU, empresa alemã associada a subsidiárias da Nuclebrás.

Foi o pânico entre os empresários brasileiros, que viam nessa importação uma grave ameaça aos altos investimentos que vinham fazendo para se enquadrarem à nova alternativa econômica. Foi, aliás, quando abriram os olhos para o que classificam de 'ingênuo erro cometido pelo governo brasileiro: ter-se amarrado a certas cláusulas que exigem única e exclusivamente a transferência de tecnologia alemã'.⁹⁶

Os empresários, evidentemente, queriam a sua parcela de lucro, prometida pelo governo em termos de gradual nacionalização dos equipamentos indispensáveis à construção das usinas nucleares. A chamada "questão nacional", explicitada nas perspectivas de independência relacionadas ao ingresso do Brasil no domínio da tecnologia atômica, era secundária, embora a retórica da nacionalização agisse no sentido de ocultar interesses privatistas. Os empresários aplaudem a decisão "nacionalista" do governo, mas se reservam o direito à discordância.

"O acordo nuclear consolidará e ampliará, rapidamente, o avanço tecnológico brasileiro nesse setor industrial, tendo isso se iniciado com a implantação da usina de Angra dos Reis. Não se trata de um simples contrato de compra de equipamentos, mas de fabricação, com a transferência de know-how para o Brasil, com índices crescentes de nacionalização dos equipamentos para

o programa nuclear. Pode-se afirmar que a indústria brasileira possui um potencial atual para participar com mais de 64% dos componentes, além de capacidade total de participação nas obras civis".⁹⁷

"Está na hora da Nuclebrás abrir a cortina de sigilo que vem utilizando nos últimos oito meses em seus contatos com a iniciativa privada brasileira, em razão do programa nuclear. Já é tempo desse órgão vir a público e abertamente dizer quando faz uma consulta de verdade, ou quando procura o empresariado com um jogo antecipadamente já marcado. (...) Nós, como outros empresários, olhamos as iniciativas da Nuclebrás com certo ceticismo. Recebemos consultas do órgão, mas hoje não sabemos se vale a pena realmente nos empenharmos para integrar o programa nuclear, ou se apenas vamos gastar tempo para depois ficar sabendo que alguém já havia sido previamente escolhido".⁹⁸

É sabido que o autoritarismo leva às últimas consequências o papel "selecionador" de interesses exercido pelo Estado. O alto grau de autonomia em relação à sociedade que, nestas circunstâncias adquire, reforça seu poder de dirimir conflitos intra e inter classes. Mas, não custa também recordar, no período em questão, o regime autoritário brasileiro começava a sofrer arranhões indelêveis. Diminuído o "bolo" sobravam menos fatias a distribuir; o empresariado se via, assim, diante da face sem véu de um Estado que priorizava opções de forma arbitrária.

Nos doze a quinze meses que se seguem à divulgação oficial do convênio com a Alemanha, o governo se preocupa fundamentalmente em reduzir as insatisfações do capital privado; procurando ex

plicar as razões do que estava sendo visto como uma excessiva estagnação da área nuclear. A tônica, como não podia deixar de ser, recai sobre a imperiosidade da "autonomia nacional".

"Na área da engenharia nuclear, apesar do interesse demonstrado por algumas empresas, o governo achou melhor não abrir o capital da Nuclen. Isso porque, no entendimento oficial, esse setor não teria porte, organização e peso político para conseguir tecnologia no exterior e também porque a Nuclen será responsável pelas usinas de enriquecimento e reprocessamento de urânio, atividades reconhecidas como de segurança nacional e por isso mais afetadas ao monopólio estatal".⁹⁹

"O maior perigo à implantação do acordo nuclear reside na ingerência das multinacionais estrangeiras. (...) Empresas multinacionais que operam na área nuclear procuram infiltrar-se entre as empresas brasileiras promovendo uma pressão organizada pelas matrizes, interessadas, é claro, em indispor o empresariado nacional com o governo. (...) Com isso as multinacionais pretendem a desagregação dos propósitos do acordo e maiores dificuldades em implementá-lo. (...) Estão unidas no objetivo comum de dificultar o êxito nacional, em represália à não participação nos lucros do empreendimento brasileiro, canalizados exclusivamente para suas concorrentes alemãs".¹⁰⁰

"Não se deve perder de vista que o acordo nuclear com a Alemanha tem dois objetivos: o primeiro é aumentar a capacidade de geração, para fazer face à demanda de energia elétrica, previsível em decorrência do crescimento econômico; o segundo é capacitar, em termos de tecnologia

e qualidade, a indústria nacional, particularmente nos setores de mecânica e caldeiraria pesada, e de material elétrico e de controle, a produzir, o quanto antes, o máximo possível de equipamentos e componentes para centrais energéticas".¹⁰¹

"Considero que a participação estatal no setor nuclear é decorrência de uma soma de fatores, entre os quais se destacam as responsabilidades do monopólio instituído em lei, os problemas que cerceiam a transferência da tecnologia nuclear no plano internacional e a própria natureza dos investimentos no setor".¹⁰²

"Respondendo aos empresários que reclamam sua participação no capital da Nuclebrás Engenharia SA. (Nuclen), Paulo Nogueira Batista lembra que a subsidiária será 'o instrumento através do qual aprenderemos, por um lado, não só construir mas também projetar centrais nucleares e, por outro, comandaremos o processo de especificações e de encomenda dos componentes para as centrais, o que nos permitirá garantir uma participação efetiva e crescente à indústria brasileira, reduzindo gradualmente a importação tanto de soft-ware quanto de hard-ware'.¹⁰³

No decorrer do governo Geisel, a "distensão" política, embora lenta e gradual segundo a própria estratégia do regime, ganharia vulto, permitindo que se abrisse o "pacote" do programa nuclear. Com marchas e contra-marchas, a evolução das medidas destinadas a amenizar o sistema - ou a reproduzi-lo sob forma diferenciada -, como a restauração da liberdade de imprensa e, já ao final do mandato presidencial, a derrogação do AI-5 (evidentemente,

respostas ao também sensível avanço das oposições que em sucessivas eleições vinham obtendo vitórias aignificativas) tornam o processo irreversível. Um ano e meio após a assinatura do acordo com a Alemanha, as dūvidas quanto aos grandiloquentes objetivos propostos pelo governo tinham se assentado em dois leitos principais: num, objetava-se que o acordo, nas bases em que fora feito, não representava verdadeira transferência de tecnologia, mas sim a compra disfarçada e monumental de equipamentos; noutro, contestava-se mais radicalmente a necessidade mesma da energia nuclear para um país como o Brasil.

"Uma das principais correntes, a que é liderada pela Sociedade Brasileira de Física, presidida pelo professor José Goldenberg, concorda com a necessidade de um programa nuclear, mas acha que ele deve ser acompanhado de uma intensa atividade nos institutos nucleares (no Rio, São Paulo e Belo Horizonte), de uma linha paralela de pesquisa nacional e do desenvolvimento de um reator brasileiro.

(...) Existem os que duvidam da necessidade da energia nuclear. E defendem opções brasileiras entre elas, a de maiores recursos para a pesquisa do transporte de eletricidade a longas distâncias, o que permitiria aproveitar os imensos recursos hidráulicos da Amazônia".¹⁰⁴

Aos poucos, aumentam as divergências não apenas em relação a aspectos do acordo nuclear ou ao modo de implementá-lo, mas ao seu conteúdo global e à forma como havia sido decidido. A comunidade científica, de posse de maiores informações, traz a público uma posição mais agressiva de denúncia ao "descaso com a tecnologia nuclear";¹⁰⁵ além de verificar que não se daria nenhuma trans-

ferência de tecnologia ("O Brasil está no papel do mecânico, que aprende a trocar as peças de um carro, mas nunca será capaz de construir um motor"),¹⁰⁶ toma consciência de que seu saber específico sobre a matéria fora desprezado em todos os passos dados pelas autoridades. Geólogos passam a apontar a má localização das usinas projetadas (Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro apresentaria falhas geológicas incompatíveis com a construção de um parque nuclear). Economistas observam que o quilowatt obtido através da energia nuclear custaria bem mais do que o obtido, por exemplo, de fontes hidrelétricas, com potencial ainda inexplorado no Brasil. A par de todas estas críticas, se coloca a questão ecológica - o lixo radioativo, a possibilidade de catástrofes atômicas, etc. -, em voga na Europa e nos Estados Unidos.

De outra parte, redobra o descontentamento do empresário com a penetração de empresas estatais (na verdade as inúmeras subsidiárias da Nuclebrás criadas para fazer face às exigências do acordo se instituíram como empresas mistas, onde o capital alemão não era insignificante) em áreas que, pela proposta inicial anunciada pelo governo, deveriam ser preenchidas pela indústria nacional.¹⁰⁷ Em várias entrevistas à imprensa e declarações oficiais o presidente da Nuclebrás procura justificar o empreendimento nuclear, atribuindo a oposição "ao exterior (...) por não desejar que através do Acordo o Brasil venha atingir o pleno domínio da tecnologia de vanguarda".¹⁰⁸

Em outubro de 78 seria instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado Federal para tratar do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. Requerida pelo senador Paulo Brossard (do MDB), a CPI visava, em princípio, apurar uma série de irregularidades apon-

tadas por uma revista alemã, "Der Spiegel". Entre estas, estavam problemas orçamentários - os dados relativos a gastos com o programa nuclear fornecidos por diferentes agências governamentais não coincidiam - e a denúncia da adjudicação preferencial das obras em Angra dos Reis a uma única empresa construtora, da qual eram acionistas dois ministros de Estado.¹⁰⁹

A CPI constituiu-se num forum de amplos debates a respeito da política nuclear. Ali prestaram depoimento vários técnicos da administração governamental envolvidos com o programa nuclear, bem como políticos, ministros, empresários e cientistas. Ultrapassando de muito os objetivos para os quais fora solicitada, a Comissão contribuiu para que o Acordo, embora mantido oficialmente, sofresse, aos poucos, alterações que o relegariam a um segundo plano.¹¹⁰

As ambigüidades que caracterizam ambiciosas políticas públicas em países de "desenvolvimento tardio" - marcadas, vale repetir, por uma retórica nacionalista mas reforçadoras da dependência externa - recuperaram evidência. Longe de absorver a sofisticação da tecnologia do átomo, conforme previsto, o Brasil enredou-se nas malhas do capital privado alemão, sequioso de vender um produto em trânsito para a obsolescência.¹¹¹ Em nome do interesse nacional foram tomadas medidas que, descurando a opinião da maioria dos interessados, contemplaram privilegiosamente alguns setores em detrimento de outros.¹¹² Obviamente, a "fragmentação decisória" manifestou-se, a despeito do centralismo atribuído ao presidente Geisel; a ausência de diretrizes a serem seguidas por todas as agências governamentais incluídas no programa nuclear ensejou, nas discussões da CPI, declarações do tipo: "as crises sucessivas - basicamente en-

tre Furnas e a Nuclebrás e entre esta e a CNEN - estão minando o time brasileiro; como os dirigentes não se entendem, os problemas acabam estourando nas mãos dos técnicos de segundo escalão que, sem condições de trabalho, preferem se desligar e ir trabalhar em outros órgãos do Governo ou, mais frequentemente, na iniciativa privada".¹¹³

5. Conclusão

"Não seria admissível que permanecêssemos inertes quando tantas outras nações se acham empenhadas a fundo nas pesquisas que hão de facultar ao homem a posse da nova e colossal fonte de energia (...). De tudo resulta que a marcha dos acontecimentos internacionais na hora presente vem focalizar como influência condicionante do próprio futuro das nacionalidades a utilização da energia atômica" - 1º Relatório do CNPq, 1951.

"Com que orgulho, com que ufania, nobres colegas, como parlamentar que acompanhou algumas fases de sua negociação, cumprimos hoje o honroso encargo (...) de levar ao conhecimento da Nação (...) não só o teor, como os dados básicos já estabelecidos da cooperação industrial acertada (com a assinatura, em Bonn, do Acordo Brasil-Alemanha sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear). (...) Condicionante de nossas aspirações a grande potência, representa indubitavelmente uma vitória com V maiúsculo de nosso País, cujo nome, nunca, nos últimos anos, esteve em tanta evidên-

cia" - pronunciamento do senador Virgílio Távora, 1975.

No que pese o invólucro nacionalista, sob o qual se apresentou em diferentes oportunidades, a política nuclear brasileira constitui típica encenação do processo decisório que prevalece, a nível do Estado, quando se trata de garantir a não resolução de questões relacionadas à chamada dependência do exterior. Examinando-a, através dos propósitos oficialmente expressos e das medidas de fato tomadas com vistas à implementação de um programa no campo da energia atômica, assiste-se à dramatização da rotina de duplicidades que distingue as "políticas" nacional-desenvolvimentistas em países, como o Brasil, "tardios", "periféricos" ou seja lá que nome tenham. Discurso e prática se dissociam de modo exemplar, movendo-se o primeiro em direção à pura ideologia e a segunda, rumo à efetiva desnacionalização.

Em 51, quando da criação do CNPq, como em 75, ao ser assinado o Acordo Brasil-Alemanha, o nacionalismo funcionou enquanto apelo legitimador, abrangente, e capaz de acobertar soluções que concretamente obstaculizavam quaisquer perspectivas autonomistas. Em ambos os casos, o modelo proposto foi o mesmo: o Estado, ente acima das classes e dos conflitos sociais, seria o móvel do "engrandecimento da pátria", mediante vanguardista intervenção numa área de peso internacional. O futuro da nacionalidade - e/ou a possibilidade do Brasil se configurar como grande potência - se encontraria nas mãos de decisores que, por representarem o poder estatal se identificavam necessariamente com o interesse nacional.

Este o modelo que, a par de adotado como retórica go-

vernamental em variadas ocasiões, teve penetração entre setores da sociedade organizados em torno de bandeiras nacionalistas. Durante os anos 50 consolida-se um perfil do que ficará estabelecido como a posição nacionalista: nacionalismo é a postulação do monopólio estatal, é o anti-imperialismo, é a plena soberania econômica; e acaba sendo a superação "à brasileira" de qualquer entrave ao despertar da Nação, independentemente do regime político que a conduza.

Mas, se determinadas semelhanças permitem cotejar eventos ocorridos em ocasiões diversas, revelando ao longo do tempo a preservação do papel de ilusionista por parte do Estado e o permanente fascínio exercido pelas idéias de "independência nacional", "autonomia", etc., também descontinuidades podem ser observadas na movimentação dos atores numa e noutra conjuntura.

No primeiro momento analisado, quando se começa a enunciar uma política nuclear para o Brasil, as posturas diante da "questão nacional" - particularizada, neste caso, em termos de obter a tecnologia atômica - estão quase que dicotomizadas. Num polo se colocam os segmentos comprometidos com a idéia de desenvolver um programa nuclear no país, para o que consideram indispensável o controle das exportações de minérios estratégicos: são os nacionalistas, moderados ou radicais, que compartilham a percepção segundo a qual, para se afirmar enquanto nação, o Brasil precisaria não só proteger seus recursos minerais como capacitar-se para utilizá-los. Noutro polo se situam os "anti-nacionalistas", defensores de uma divisão internacional do trabalho, em cujo desdobramento caberia ao Brasil tão somente fornecer matérias-primas, alinhando-se, assim, de forma ativa, com o bloco ocidental. As posições observa-

das, tanto no interior do aparelho de Estado quanto nos (poucos) grupos que na esfera da sociedade se mobilizam para opinar, têm um claro divisor de águas. Ou se assume o perfil característico do nacionalista ou não se assume. Nacionalista-estatista-progressista é a designação que se ajusta a um dos contendores de um conflito bilateral - como seu contrário se ajusta ao outro contendor - e que encontra respaldo na própria dinâmica da situação.

O mesmo não sucederá no segundo momento analisado (o período em que se discute e se tenta implementar o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha), quando, no decorrer do processo, os debates se ampliam e se diversificam. A discussão incorpora, então, grupos ligados à ecologia, comunidades organizadas, cientistas dentro e fora da Universidade, Igreja, empresários - enfim, um rol bastante heterogêneo de segmentos sociais. E, na medida em que isso se dá, a questão nacional adquire dimensões até então desconhecidas.

"O secretário-geral da Sociedade Brasileira de Física, sr. Luís Pinguelli Rosa, afirmou ontem que o governo enfrentará crescentes dificuldades para cumprir o acordo nuclear com a Alemanha, porque, além das dúvidas de técnicos do próprio governo quanto à validade do projeto, da oposição de cientistas brasileiros e da pressão do governo norte-americano, o preço das usinas e da energia que gerarão o tornarão insustentável. (...) Considerou 'um atentado à dignidade nacional' o acordo de acionistas da Nuclen com a empresa alemã Kraft-Work Union (KWU) para a transferência de tecnologia, pelo qual os alemães têm direito a quatro votos e o Brasil a nenhum". 114

"O presidente da Associação Gaúcha de Proteção

ao Meio Ambiente, José Lutzemberger, anunciou ontem, em Porto Alegre, que será lançada domingo próximo, em São Paulo, no Município de Itanhaém, uma campanha nacional de luta contra a instalação de usinas nucleares no país, que terá a participação de aproximadamente 80 entidades de classe". 115

"Dizendo que o Município de Duque de Caxias 'já é tratado como lixo, desde que transformado em área de segurança nacional', o Deputado Lázaro de Carvalho (MDB-RJ) protestou ontem na Câmara, em Brasília, contra a transformação de 300 mil metros quadrados do distrito industrial da cidade em depósito de lixo atômico". 116

"Embora não vá discutir o problema nuclear com o Sr. Helmut Schmidt, o presidente da CNBB, D. Aloisio Lorscheider, defendeu ontem a revisão do acordo Brasil-Alemanha devido ao seu alto custo e risco. Ele considera que, do ponto de vista bélico, as armas nucleares deveriam ser excluídas, e do ponto de vista energético, o Brasil deveria promover melhor aproveitamento da energia natural". 117

Modificações operadas na formação social brasileira nos anos que se seguiram ao golpe militar de 1964 criaram as condições para que a equação do nacionalismo estatista-progressista envelhecesse, fazendo com que deixasse de refletir minimamente a realidade. Entre essas mudanças, a mais importante foi a modernização da sociedade, onde, como resultado do avanço do capitalismo em áreas antes deixadas no limbo do tradicionalismo, novos seres passaram a atuar. Surgiu no Brasil uma classe operária moderna, cujas reivindicações vieram apontar a necessidade de rever a estrutura

sindical corporativa - herança, ainda, do Estado-Novo; as camadas médias se multiplicaram em serviços e atividades decorrentes da sofisticação do parque industrial; a burguesia consolidou a sua hegemonia, gerando uma elite ilustrada, apta a lidar de modo inteligente com os problemas sociais. Formas de organização inéditas no país ganharam espaço, aglutinando parcelas da população anteriormente marginalizadas de qualquer discussão; comportamentos, costumes, qualidade de vida - enfim, o cotidiano das pessoas - se transformaram em objeto de reflexão e crítica. A intelectualidade adquiriu contornos diferenciados, inserindo-se nos mais variados campos da produção de conhecimentos (sobretudo naquele relacionado à própria estrutura produtiva) e constituindo no seu interior, um movimento "de massa" afeto às demandas específicas dessas recentes categorias qualificadas. O antigo liberalismo, udenista, excludente e avesso à questão social, atualizou-se, incluindo em sua pauta o tema da equidade. A esquerda, que monoliticamente sempre (ou quase sempre) se puzera à frente de projetos radicais de mudança, se fragmentou, permitindo o surgimento, dentro de suas hostes, de um pensamento renovador, capaz de dar conta das nuances que a modernidade impõe ao agir coletivo.

Mas, de certo, o leito maior para onde confluíram todas estas novidades foi a consciência, cada vez mais disseminada, da extrema limitação representada pelo autoritarismo. Se a modernização decorreu do desenvolvimento capitalista acelerado pelo regime de 64, ela deu origem, também, às possibilidades de ampliação da resistência às práticas arbitrárias que se fizeram recorrentes.

Nestas circunstâncias é que se pode repensar o nacionalismo. A longa oposição ao sistema autoritário e a modernidade, sub-

produto não desejado deste, fizeram com que a "típica" postura nacionalista se dissociasse da antiga adjetivação que lhe era atribuída: por um lado, não pode ser mais vinculada impunemente ao estatismo, na medida em que isso significa o virtual atrelamento a um Estado ditatorial; por outro, torna-se discutível a sua configuração como progressista, pois, afinal, o autoritarismo não deixa dúvidas quanto ao seu caráter inibidor das potencialidades nacionais. Dito com outras palavras, continuar, em meio à década de 70, a ser "nacionalista-estatista-progressista", na fórmula dos anos 50, equivaleria a apoiar um regime político que durante sua existência sistematicamente puniu os grupos identificados com aquele posicionamento.

O regime autoritário mostrou-se capaz de se apresentar como nacionalista, tanto quanto o Estado populista que o antecedeu. A modernidade, por seu turno, expressa nos atores e exigências sociais revelados pelo desenvolvimento, desvendou aspectos inexplorados da "questão nacional". A afirmação da nacionalidade passou a transitar pelo curso da restauração da cidadania plena, vinculando-se de maneira bastante inovadora, em relação ao passado, à luta pela democracia.

O estudo da política nuclear no Brasil - com as implicações das medidas que a cercam e o envolvimento de uma série de agentes da sociedade em sua implantação - demonstra com clareza a dialética do afastamento/reaproximação entre nacionalismo e questão nacional. Um último exemplo: Goldemberg, presidente da Sociedade Brasileira de Física, e, como se viu, um dos que estiveram em algum momento tentados a aceitar o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha (em nome do nacionalismo), traduzirá, em 78, o descontentamento ge-

neralizado com a concentração de renda, a ausência de prioridades e a arbitrariedade reinante (que o Acordo reforçava) numa afirmação veemente: "Hoje não se admite mais o temos pressa".¹¹⁸

Não é à-tôa que contingentes expressivos da sociedade brasileira resgatam, hoje, o simbolismo da nacionalidade. Há uma "questão nacional" modernizada que embora mantenha ligações com a História se redimensiona e se atualiza ao agregar como essenciais os postulados democráticos. Esta "questão nacional" não se resolve rá num "anti-imperialismo" politicamente neutro, e muito menos na estatização; talvez não se resolva, aliás, em prazo visível. É fato, porém, que ela se encaminha em direção à construção de uma sociedade aberta, onde a participação dos indivíduos seja mais igualitária e que valorize, por isso mesmo, a sua própria identidade nacional.

NOTAS

1. Laclau, Ernesto, Política e Ideologia na Teoria Marxista, Rio: Paz e Terra, 1979, pp. 166/167.
2. "A versão oficial do projeto de um Brasil grande potência foi apresentada em 1970, no programa intitulado Metas e Bases para a Ação do Governo. Eis algumas das diretrizes consagradas por aquele documento. A política interna e externa deveria ser formulada 'sem recurso a soluções extremadas, nem preconceito contra a colaboração procedente do exterior'; simultaneamente, entretanto, caberia aumentar a 'capacidade de manobra que terá o Brasil para estabelecer (...) o volume, a forma e a oportunidade de daquela colaboração', de modo a tornar exequível o propósito de 'consolidar autêntica soberania, em relação à colaboração externa, no campo da cooperação econômica e técnica e de transferência de tecnologia'". É interessante também transcrever um trecho do discurso do embaixador Araújo Castro pronunciado na ESG, em 1971, e também citado por Martins: "O nacionalismo não deve ser para nós um movimento em direção ao isolamento, mas, ao contrário, um grande e forte impulso para uma presença e uma afirmação brasileira dentro da comunidade das nações. É assim que entendemos o nacionalismo, como algo que projete o Brasil no continente e no mundo e não algo que o aprisione dentro de suas próprias fronteiras (...) O Brasil é um país condenado à grandeza e condenado a um grande envolvimento nas coisas do nosso tempo". Cf. Martins, Carlos Estevão, Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil, Rio: Graal, 1977, pp. 408 e 414.
3. Toledo, Caio Navarro, ISEB: Fábrica de Ideologias, São Paulo: Ática, 1978. "Instaladas no país alterações nas suas estruturas materiais, rompendo-se o complexo colonial, pode-se então forjar uma ideologia que sustente e incentive o desenvolvimento incipiente. Ainda nas palavras de R. Corbisier: 'resultando de um projeto ou da integração de inúmeros projetos conscientes e racionais, o desenvolvimento nacional requer, para que se possa realizar ordenada e não caoticamente, com o máximo apro-

veitamento dos recursos disponíveis, um planejamento global cu ja elaboração implica a formulação prévia de uma ideologia' . Mais adiante, associando V. Lenin e Vieira Pinto, sintetizaria um dos slogans isebianos do desenvolvimento: "se é verdade, co mo já se disse, que não há movimento revolucionário sem teoria do movimento revolucionário, não haverá desenvolvimento sem a formulação prévia de uma ideologia do desenvolvimento nacional'".

4. "Para abordar a 'atualidade brasileira', Freire lançava mão de uma terminologia de extração existencialista: tratava-se da 'atualidade do ser nacional', na qual se observava um 'crescen te ímpeto de auto-apropriação', ou seja, a tendência a vencer a alienação através da afirmação nacional". Cf. Paiva, Vanil - da, Paulo Freire e o Nacionalismo-Desenvolvimentista, Rio: Ci vilização Brasileira/UFC, 1980.
5. "Além do mais, pensa Juscelino que não há razão para trazer pa ra o primeiro plano da discussão a presença estrangeira se já somos nação consolidada, se temos nossos rumos traçados e sabe mos bem o que queremos. Para JK, 'o nacionalismo que se preza, o nacionalismo a favor e não contra a Nação, precisa crer que ninguém é bastante forte para desviar o Brasil do seu cami nho'. A colaboração estrangeira, portanto, por mais ampla que se apresente, não oferece perigo para a Nação". Cf. Cardoso, Mi riam Limoeiro, Ideologia do Desenvolvimento, Brasil: JK e JQ, Rio: Paz e Terra, 1977.
6. Peixoto, Antonio Carlos, "Le Club Militar et les affrontements au sein des Forces Armées (1945-1964)", in Rouquier, Alain (org.), Les Partis Militaires au Brésil. "Ser ou não contra a partici pação do capital estrangeiro no desenvolvimento industrial do país não significava necessariamente uma tomada de posição em favor de uma forma qualquer de organização do poder, no conti nuo indo da democracia ao autoritarismo".
7. Silva, Vera Alice Cardoso, Os técnicos no governo Vargas, 1951-1954: desenvolvimentismo e nacionalismo, mimeo, Departamento

de Ciência Política, UFMG, "paper" apresentado ao VIº Encon tro Anual da ANPPPCS, Friburgo, out/82. "... O programa de de senvolvimento, mesmo que fluidamente definido pelo Governo Vargas, foi elaborado segundo uma concepção que assumia a ne cessidade de se fortalecer o poder nacional. Tal opção punha se num quadro internacional de crescente polarização ideolôgi ca e de crescente expansão econômica dos Estados Unidos. Nes se contexto, o governo Vargas passou a valorizar cada vez mais a linguagem do 'interesse nacional'". E mais adiante: "Muitas dessas tensões apresentavam-se, externamente, através de um discurso nacionalista. Tal forma de exteriorização (...) de fato servia para mascarar conflitos mais básicos entre seg mentos sociais cujos interesses colidiam, à medida que avança va a modernização capitalista do país".

8. Vale registrar também que têm surgido trabalhos de autores brasileiros que abordam, sob o ponto de vista teórico, a ques tão das ambigüidades da ideologia nacionalista. Ver, por exem plo, Vianna, Maria Lucia T. Werneck, "Ser ou não ser naciona lista?", em Presença, Revista de Política e Cultura, Ed. Caetês, nº 3, maio de 1984; Santos, Wanderley Guilherme, "Da Questão Nacional", em Kantianas Brasileiras, Rio: Paz e Ter ra, 1984, Sader, Emir, "Quem tem medo do nacionalismo?", Folha de São Paulo, 6/2/84, e outros.
9. Jornal do Brasil, 23 de abril de 1985.
10. Ver, por exemplo, Jornal do Brasil de 24/6/83: "Uma passeata em defesa das empresas estatais, no centro do Rio, transfor mou-se ontem numa grande manifestação nacionalista. Com slogans e cartazes de repúdio à política econômica, ao acordo com o FMI e à ameaça de corte de benefícios dos funcionários, os manifestantes, ostentando fitas verde e amarela no peito, ameaçaram em coro: e se assinarem o pacote? Nós paramos a Na ção!". Em abril de 84, os comícios pelas "diretas-já", nas principais capitais do país, trariam novamente para o noticiã rio as bandeiras verde-amarelas, o hino nacional e outros sím bolos vivificadores do nacionalismo.

11. Leal, Maria Cristina, Caminhos e Descaminhos do Brasil Nuclear, 1945-1958, tese de mestrado apresentada ao IUPERJ, mimeo, 1982.
12. Carvalho, Joaquim Francisco, "Panorama Energético Brasileiro: o papel da nucleoeletricidade", in Energia Nuclear em Questão, Rio: Instituto Euvaldo Lodi, 1981.
13. Morel, Regina Lucia de Moraes, Considerações sobre a política científica no Brasil, tese de mestrado, Universidade de Brasília, dezembro de 1975, mimeo, p. 18.
14. Leal, M. Cristina, op. cit.
15. Meneses, Luiz Carlos e Simon; David Neiva, "Dois erros em cadeia: a política nuclear e a estrutura organizacional do programa nuclear brasileiro", in Energia Nuclear em Questão, op. cit., p. 33.
16. Carvalho, Joaquim Francisco, op. cit., p. 10.
17. "No dia 12 de abril de 1956, instalava-se no Palácio Tiradentes, no Rio, a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito criada no país para investigar o problema da energia nuclear. Provocada pela reação contrária à exportação de grandes quantidades de monazita brasileira para os Estados Unidos, que tomava corpo na imprensa e no Legislativo, a CPI acabou por levantar fatos ligados à tentativas de nuclearização do Brasil e às pressões internas e externas contra essas tentativas. O relatório final da CPI, aprovado no dia 25 de março de 1958, propôs ao Congresso Nacional a criação de uma legislação específica sobre a política nuclear brasileira, instituindo o monopólio estatal do comércio de minérios e materiais atômico, da pesquisa e lavra de jazidas litorâneas de minerais atômicos e das indústrias de enriquecimento de urânio. Propunha, ainda, o fomento à instalação de reatores nucleares e indústrias complementares, dentro do controle estatal, e o atendi-

- mento ao princípio das compensações específicas, pelo qual o país só forneceria minerais atômicos ao exterior em troca de tecnologia nuclear". Cf. Jornal do Brasil, 5/11/78, "Política nuclear já era motivo de CPI em 1956". A história da CPI de 1956 é contada, com detalhes, por Leal, M. Cristina, op. cit. e por Morel, Regina L.M., op. cit.
18. "No plano internacional, as orientações dadas pelos Estados Unidos à sua política energética tornaram-se mais flexíveis no que se refere à utilização de energia nuclear com fins pacíficos. Afastada a hipótese de deter o monopólio sobre a tecnologia nuclear, os Estados Unidos voltaram-se para extrair benefícios econômicos da expansão deste tipo de energia". Cf. Leal, M. Cristina, op. cit., p. 72.
O lançamento do Programa Átomos para a Paz se dá num discurso de Eisenhower na ONU em 1953; logo a seguir ocorrem mudanças na legislação americana acabando com as limitações da Lei McMahon que estabelecia o monopólio estatal no campo nuclear; em agosto de 1955 tem lugar a Conferência Internacional sobre Energia Nuclear em Genebra, que, com representantes de 73 países, se transformou num grande congresso científico sobre usos não militares do potencial atômico; em 1957 é criada a Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA - para funcionar como instrumento de controle das atividades nucleares.
 19. "No Plano Nacional de Desenvolvimento (programa de metas) a Energia Nuclear se constitui na Meta nº 2 e entre os objetivos consta a fabricação nacional de combustível nuclear, o urânio natural e levemente enriquecido; planejamento e realização de instalação de usinas termelétricas nucleares; a formação de pessoal especializado". Cf. Morel, Regina L.M., op. cit., p. 114.
 20. Discurso de Juscelino Kubistcheck em Belo Horizonte, 31/3/55, por ocasião da transmissão do governo de Minas Gerais a seu sucessor. Citado por Morel, Regina L.M., op. cit.

21. Ver Morel, Regina L.M., op. cit., p. 112. "Diante da repercussão das revelações feitas perante a CPI, o Presidente Juscelino Kubistchek nomeou uma Comissão Especial para examinar o problema e estabelecer diretrizes que regulassem a matéria. Essas diretrizes, constando de dezoito pontos, foram aprovadas a 30 de agosto de 1956 como Diretrizes Governamentais para a Política Nacional de Energia Nuclear; entre os principais pontos consta a necessidade de: estabelecer um programa para a 'determinação urgente de nossas disponibilidades em minerais de interesse para a produção de energia nuclear'; 'apoiar a indústria nacional na pesquisa, lavra e beneficiamento de minerais'; 'exercer controle do governo sobre o comércio, compra, armazenagem e venda, inclusive exportação de materiais de aplicação no campo da energia nuclear'; (...)etc."

22. Ver Leal, M.C., op. cit., p. 142. "Mais uma vez, contrariavam-se as recomendações da CPI, que condenava a participação da iniciativa privada no setor. Além de implementar esses pontos, o Executivo, opondo-se às suas próprias diretrizes, renovou o acordo assinado durante o governo Café Filho. Em 3 de julho de 1957 era renovado o Acordo de Cooperação Para Usos Civis da Energia Atômica, que sofreu uma emenda (9 de julho de 1958) recomendando maiores cuidados com o material enviado pelos Estados Unidos ao Brasil.

Por esse acordo, o Brasil se comprometia a desenvolver pesquisas nucleares apenas para fins pacíficos. Em troca, os Estados Unidos forneceriam material de pesquisa. Posteriormente, a 26 de dezembro de 1957, o Brasil e os Estados Unidos assinaram um compromisso dando continuidade ao Programa Conjunto de Cooperação para Reconhecimento e Investigação de Urânio no Brasil. De acordo com o artigo 3º desse programa, o Brasil se comprometia a dar tratamento preferencial aos Estados Unidos caso viesse a exportar urânio".

A autora, cabe também registrar, descreve o período Café Filho como de centralização da política nuclear, "ficando o Itamaraty responsável pela formulação da política nuclear em detrimento do Conselho Nacional de Pesquisas, que teve o seu desempenho ainda mais minimizado com a saída do almirante Alva-

ro Alberto". Este seria, pois, o período (no pré 64) em que políticas desnacionalizantes foram adotadas de modo mais explícito, no campo nuclear. Cf. op. cit., pp. 105 e 106.

23. Ver Morel, Regina L.M., op. cit., p. 115.

24. Idem, p. 116. "Aliás, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social: 1963-1965 menciona a necessidade de utilizarmos a energia nuclear, dado o 'esgotamento progressivo do potencial hidráulico economicamente explorável', previsto para 1975/80; para superar o subdesenvolvimento será preciso que, por essa época, o Brasil não permaneça 'dependente da importação de experiência, técnica, equipamento e combustível nuclear, com a evasão de divisas estrangeiras daí decorrentes, para a produção de eletricidade de fonte nuclear'. Seria necessário 'um programa a longo prazo, mediante colaboração do Governo e da indústria privada'. E foi mais enfático: 'A construção de centrais nucleares no Brasil obedecerá à política de independência do suprimento externo de combustível, da utilização de matérias primas nucleares existentes no país e de máxima participação da indústria nacional'".

25. Em sua Mensagem ao Congresso Nacional, de 1967, o Presidente Castelo Branco reafirma estes pontos, complementando: "o País se beneficiará mantendo-se na expectativa do desenvolvimento da tecnologia neste campo", palavras que se repetem, textualmente, no Plano Decenal de 1967. A 8 de agosto de 1965, foi assinado em Washington um Acordo de Cooperação para Usos Civis de Energia Atômica, entre o Brasil e os Estados Unidos, promulgado a 12 de outubro de 1967, pelo Decreto 61.517. Por esse acordo, a Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos transferia urânio enriquecido para o Brasil, a ser utilizado em reatores de pesquisa, para fins civis. E, enquanto as salvaguardas não fossem substituídas pelas salvaguardas da Agência Internacional (AIEA), o Governo dos Estados Unidos teria o direito de rever a pauta de qualquer reator e de outros equipamentos. Cf. Morel, Regina L.M., op. cit., p. 117.

26. Discurso pronunciado pelo Secretário Geral de Política Exterior do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Sérgio Correia da Costa, na Reunião do Comitê das 18 Nações Sobre Desarmamento, a 18 de maio de 1967. Citado por Morel, Regina L. M., op. cit.
27. Discurso proferido por ocasião da assinatura do contrato de construção da Usina Hidrelétrica da Ilha Solteira, 29 de junho de 1967. Idem.
28. Palavras proferidas pelo Ministro das Relações Exteriores, deputado José de Magalhães Pinto, na Escola Superior de Guerra, a 28 de julho de 1967, no Rio de Janeiro, durante conferência intitulada "Fundamentos da Política Exterior do Brasil". Idem.
29. "É interessante que nessa fase os cientistas e o governo estão de acordo, defendendo posições semelhantes no que dizia respeito ao livre acesso do país à fabricação e utilização de artefatos nucleares para fins pacíficos. No entanto, a 'lua de mel' vai durar pouco, pois vão surgir divergências nos caminhos escolhidos para implantação da política nuclear nacional". Cf. Morel, Regina L.M., op. cit.
30. Entrevista do Embaixador Sergio Correia da Costa ao jornal Última Hora, a 28 de junho de 1967. Citado por Morel, R.L.M., op. cit.
31. O Metas e Bases para a Ação do Governo, em setembro de 1970 já menciona como meta o "ingresso efetivo do país na era da energia nuclear, mediante concentração de esforços na pesquisa de urânio e na absorção da tecnologia de reatores e de materiais nucleares, e implantação da primeira central nuclear com geração prevista a partir de 1976. Cf. Morel, op. cit.
32. Os cientistas defendiam a opção por reatores que utilizassem urânio natural e água pesada, opção esta adotada com sucesso por países como o Canadá, Índia, Argentina, França e outros,

- permitindo maior independência e melhor aproveitamento de recursos naturais. As grandes potências, detentoras do urânio enriquecido, preferiam vendê-lo a outras nações por preços artificialmente baixos, oferecendo até a possibilidade de enriquecimento por encomenda, mantendo, assim a dominação, na medida em que forneciam o reator e o combustível. Cf. Goldemberg, J. "O Brasil e a Energia Nuclear", Ciência e Cultura, 25:819, 1973.
33. Mensagem ao Congresso Nacional, 1972. Já antes, em 1970, também na Mensagem ao Congresso Nacional, dizia o presidente: "Por desejar preservar os direitos de todos os países à utilização pacífica dos programas da ciência e da técnica e por entender que é imprescindível à causa da paz um equilíbrio aceitável dos direitos e obrigações entre os Estados que dispõem de armas nucleares e os que não as possuem, o Brasil inequivocamente favorável ao desarmamento nuclear, manterá, porém, inalterada a sua posição contrária à assinatura do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, na redação atual".
34. Segundo o Acordo de Cooperação para Usos Civis da Energia Atômica, concluído em Washington a 17 de julho de 1972 e promulgado pelo Decreto nº 71.207 do mesmo ano (substitutivo do acordo de julho de 65, promulgado por decreto em 67), a Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos forneceria ao Brasil, em troca de urânio natural, urânio enriquecido para utilização como combustível no programa de reatores de potência, não podendo nosso país dispor livremente dos materiais nucleares especiais produzidos como resultado de processos de irradiação (plutônio, por exemplo). Cf. Morel, op. cit.
35. Declarações do Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, durante a reunião conjunta das comissões de relações exteriores e de minas e energia do Senado. Cf. O Estado de São Paulo, 19 de setembro de 1975.
36. Cf. Morel, Regina L.M., op. cit., p. 142.

37. "No Brasil, o urânio e o tório, minérios utilizados como combustível nuclear eram encontrados misturados a outras substâncias minerais na areia monazítica. A separação desses minérios da areia monazítica exigia pequeno custo, comparado às dificuldades e aos custos decorrentes da obtenção de urânio e tório em outras ocorrências naturais". Cf. Leal, M.C., op. cit.
38. Leal, Maria Cristina, op. cit.
39. A Constituição de 37 dava ao presidente da República o poder de "celebrar convenções internacionais, ad referendum do poder legislativo"; a Carta de 46, porém, restituía ao Legislativo a última palavra sobre a questão. Cf. Leal, M.C., op. cit.
40. Leal, M.C., op. cit.
41. Memorando nº 1 de 25/11/47. O Almirante estava se referindo à proposta contida no Plano Baruch, defendida pelo delegado americano como "tese de correção de injustiças da natureza", que havia negado a uns e dado a outros minérios radioativos". Naquele memorando o Almirante Álvaro Alberto apresentava uma série de recomendações que poderiam ser consideradas como o embrião de uma política de energia atômica: 1) criação de um organismo de controle interna da energia nuclear; 2) nacionalização das minas de urânio e tório; 3) revisão da concessão de mineração; 4) obrigatoriedade de tratamento primário dos minerais radioativos como medida capaz de controlar as exportações; 5) concessão de vantagens às primeiras firmas de tratamento de minerais atômicos; 6) intensificação de atividades técnico-científicas na área. Cf. Leal, M.C., op. cit.
42. Ribeiro, Joaquim Costa, "Utilização da Energia Atômica no Brasil", Revista Ciência e Cultura, nº 1, 1956, citado por Leal, M.C., op. cit.

43. Regina Morel observa que "desde fins da década de 40, marcada pela ascensão de grupos industriais e financeiros, impera uma ideologia nacionalista e industrializante, que orientou, por exemplo, a criação da Usina de Volta Redonda (1948) e a Campanha Nacional do Petróleo, culminando com a criação da Petrobrás, em 1953". Cf. op. cit.
44. Mensagem do Presidente Dutra, maio de 1949, publicada no Relatório do CNPq de 1951. Cf. Morel, op. cit. e Leal, op. cit.
45. Relatório do CNPq, 1951.
46. Idem.
47. Esta lei foi aprovada pelo Congresso 15 dias depois de iniciada o 2º Governo Vargas. Maria Cristina Leal chama a atenção para o fato de que a lei apresentava dois artigos que possibilitavam interpretação ambígua a respeito do controle dos minerais atômicos. "O primeiro deles era o artigo 3º, que proibia a exportação de minérios atômicos, salvo de governo a governo. O artigo 5º da lei também permitia ao Estado abrir mão do controle sobre os minérios radioativos. Apesar de garantir ao Estado o controle de todas as atividades referentes ao aproveitamento da energia atômica, através do CNPq, e se necessário, do Estado Maior das Forças Armadas, a lei abria uma exceção quando dispunha que o Presidente da República poderia designar qualquer outro órgão para atuar na questão". Cf. Leal, op. cit., grifos da autora.
48. A expressão "nacionalismo pragmático", de Santiago Dantas, é usada por Vera Alice Cardoso para designar o pensamento do grupo de assessores econômicos do Gabinete Civil de Vargas, de características moderadas, que, segundo a autora, se distinguia, no período, de dois outros grupos: os nacionalistas radicais, adeptos de soluções estatistas e os liberais anti-estatistas. Para esta autora, o CNPq seria, na verdade, um núcleo de "nacionalismo radical". A análise de Maria Cristina

- Leal, porém, indica que este órgão atuava com mais moderação do que outros, interpretação que foi aqui adotada.
49. Decreto nº 30.230, art. 39, citado por Leal, op. cit.
 50. Cf. Leal, M.C., op. cit.
 51. Capitão Amauri B. de Lima, "O Exército em face das possíveis aplicações da energia atômica", Revista do Clube Militar, nº 87, fev/mar 1948, citado por Leal, M.C., op. cit.
 52. General Leônidas Cardoso, "Nossa hora na história está chegando", Revista do Clube Militar, nº 117, nov/dez 1951, idem.
 53. Decreto nº 30.583 de 21 de fevereiro de 1952.
 54. Depoimento de João Neves da Fontoura a O Globo, a 2 de maio de 1956, citado por Leal, M.C., op. cit.
 55. Cardoso Silva, Vera Alice, op. cit.
 56. Idem. A autora cita como os casos mais evidentes de pressões, aqueles ligados aos projetos do petróleo, da estatização da produção de energia elétrica, da política de concessão de direitos para a exploração de minérios e da lei de remessa de lucros. Para ela, a presença de liberais em ministérios estratégicos (Fazenda e Relações Exteriores) estava vinculada à necessidade de manter certos canais formais de negociação com organismos e grupos estrangeiros, cuja colaboração era essencial para a continuidade do programa de desenvolvimento sindical.
 57. O acordo foi assinado pelo ministro interino do Brasil, Hildebrando Acioli e pelo embaixador americano Hershell V. Johnson. Cf. Leal, M.C., op. cit.

58. Depoimento do Ministro Barbosa da Silva, chefe do Departamento Econômico do Itamarati e representante deste órgão no Conselho Nacional de Pesquisas. Ver o relatório da CPI sobre Energia Nuclear em '56, citado por Leal, M.C., op. cit.
59. Entrevista concedida ao jornal O Globo pelo Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, datada de 2 de maio de 1956. A sessão a que o ministro se refere foi a plenária realizada pelo Conselho de Segurança Nacional, a 22 de dezembro de 51, sob a presidência de Vargas, que decidiu sobre o 2º Acordo Atômico, o Acordo Militar e sua contrapartida em termos de exportação de minérios. Diz ainda o ministro: "O acordo nesses termos se conformava integralmente com a lei nº 1.310, de 15/1/51, pois era feito de governo a governo (...) Portanto, este acordo em referência, único concluído durante minha administração no Itamarati, foi rigorosamente sacramentado com a audiência de todas as altas autoridades nacionais: civis, militares e técnicas. Nada se fez até hoje, no Brasil, que resultasse mais completamente da interferência unânime de uma equipe oficial, sob o comando direto do Presidente da República". Cf. Leal, M.C., op. cit., pp. 46 e 47.
60. CPI de Energia Nuclear do Congresso, 1956. Cf. Documentos Parlamentares: Energia Nuclear, vol. III, p. 177. Citado por Leal, M.C., op. cit.
61. O ato que ratificou o Acordo Militar contrariava a Constituição de 46 que determinava ser "da competência exclusiva do Congresso Nacional: I - resolver definitivamente sobre tratados e convenções celebrados com os Estados estrangeiros pelo Presidente da República (...) III - Autorizar o Presidente da República a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou, por motivo de guerra, nele permaneçam temporariamente". Cf. Leal, M.C., op. cit.
62. É interessante lembrar o caso das centrífugas alemãs, ocorrido nesta época. Em novembro de 53, o Conselho de Segurança

Nacional enviou ao Presidente da República a Exposição de Motivos nº 772 e o Relatório Secreto nº 771 que reafirmavam a necessidade do cumprimento do princípio das compensações específicas como a única via capaz de desenvolver a energia nuclear no país. O Brasil deveria ainda, segundo estes documentos, procurar a colaboração de "todos os países amigos", para atender a seu programa atômico. Estas diretrizes foram formalmente aceitas por Vargas, que autorizou o Almirante Álvaro Alberto a entrar em contato com outros países que não os Estados Unidos - já que este país negava-se a cooperar em termos de transferência de tecnologia e estava, ademais, preso à sua própria legislação restritiva. O Almirante esteve então na Alemanha onde negociou a adoção do método utilizado por este país (a ultracentrifugação) e a compra da aparelhagem necessária. O governo brasileiro chegou a enviar os dólares para efetivar a transação, mas, no momento em que as ultracentrifugas seriam remetidas ao Brasil, a Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos ordenou a apreensão dos aparelhos, sob a alegação de que a Alemanha, país ocupado, sofria restrições no campo da energia atômica. Ver com detalhes a descrição do processo em Leal, M.C., op. cit.

63. Um trabalho nesta linha, embora tomando época e agências diversas, é o de Abranches, Sérgio, The Divided Leviathan: State and Economic Policy Formation in Authoritarian Brazil, tese de doutoramento apresentada à Cornell University, agosto de 1978. Da mesma forma, Martins, Luciano, A expansão recente do Estado no Brasil: seus problemas e seus atores, mimeo, IUPERJ, Rio, 1977; do mesmo autor, Politique et Développement Économique: Structure de Pouvoir et Système de Decisions au Brésil, tese de doutoramento, Paris, 1973.

64. Leal, M.C., op. cit., p. 69.

65. Morel, R.L.M., op. cit., p. 144.

66. No período que vai de 68 a 74 - período em que Delfim Neto fi

ca à frente do Ministério da Fazenda - um modelo de administração econômica se expandiu: as chamadas "câmaras corporativas", onde tecnocratas e alguns representantes do empresariado tomavam decisões, a portas fechadas. Ver a respeito, Vianna, Maria Lucia Werneck, A Administração do Milagre: o Conselho Monetário Nacional, 1964/1974, tese de mestrado, IUPERJ, IUPERJ, 1982. Sobre as diferenças entre os estilos Delfim e Geisel, ver Guimarães, Cesar e Vianna, M.L.T., Autoritarismo, Planejamento e Formas de Centralização Decisória: os casos do Conselho Monetário Nacional e do Conselho de Desenvolvimento Econômico, trabalho apresentado ao VIIº Encontro Anual da ANPOCS, outubro, 1983.

67. As especificações do Acordo foram publicadas no Diário do Congresso Nacional, Ano XXX, nº 75 de 28/6/75, complementadas por explicações do Senador Virgílio Távora. Cf. Morel, R.L.M. op. cit., p. 132.

68. O Estado de São Paulo, 28/6/75.

69. Idem.

70. Idem.

71. Idem.

72. Declarações do Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira no Senado Federal, O Estado de São Paulo, 19/9/75. Posteriormente, outras justificativas ganhariam destaque: "A decisão do governo que resultou no Acordo com a Alemanha foi por muito tempo reclamada por cientistas, militares, políticos, industriais, e finalmente adotada sob a angústia da previsão, feita pela Eletrobrás e Furnas Centrais Elétricas, de que até 1990, no máximo, todos os recursos hídricos para a geração de eletricidade na região Sudeste - a mais desenvolvida do país - estarão esgotados. Influíram igualmente a crise internacional do petróleo, e a indicação de que os recursos

mundiais nesta área não durarão mais do que 50 anos. As autoridades brasileiras argumentam que se viram sem alternativa. A definição nuclear por sua vez trouxe consigo a decisão de conseguir todo o ciclo nuclear. E para chegar a essa decisão, foi preciso, ainda, superar uma controvérsia (não apenas interna) sobre as vantagens e desvantagens das duas linhas de reatores que se apresentavam à concorrência internacional - urânio enriquecido e água leve, de um lado, e urânio natural e água pesada, do outro" (Cf. Pinto, Eduardo, "Uma decisão e muitas dúvidas", Jornal do Brasil, 24/10/76).

73. Dentre os três métodos de enriquecimento de urânio (por difusão gasosa, por ultracentrifugação ou por jato centrífugo) a Alemanha detinha a tecnologia do segundo e do terceiro; no caso da ultracentrifugação, ela não era proprietária exclusiva, pois era sócia da Holanda e da Grã-Bretanha. Ao que parece, pressões americanas sobre estes dois países teriam impedido qualquer negociação com o Brasil. O método do jato-centrífugo seria então o único que restou. O processo vinha sendo desenvolvido na Alemanha desde 1954, mas se encontrava ainda em fase de experimentação de laboratório. Tratava-se de um método caro, consumidor de mais energia que os demais. Ver a respeito, Damy, Marcelo, "O Acordo Nuclear", Movimento, 14/7/75.
74. Jornal do Brasil, 19/6/75.
75. Senador John Glenn, debate no senado norte-americano a propósito do Acordo Brasil-Alemanha, publicado na Revista Veja, 11/6/75.
76. Palavras do Senador John Pastore, idem.
77. Senador Abrahan Ribicoff, idem.
78. Ver "Acordo Nuclear é irreversível, reafirma Itamaraty", em O Globo, 22/6/75.

79. Segundo o Jornal do Brasil, 24/9/75, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Azeredo da Silveira, teria comentado com jornalistas: "Tenho a impressão de que todas as usinas esfarão nos Estados Unidos e todos os clientes nos países da região".
80. Soares, Guido Fernando Souza, Contribuição ao Estudo da Política Nuclear Brasileira, tese de doutoramento em Ciências Humanas, PUC, São Paulo, 1974, mimeo.
81. Segundo Reali Junior, em O Estado de São Paulo, de 2 de novembro de 1975, o governo americano defendia uma ampliação dos mecanismos de controle da Agência Internacional de Energia Atômica "só admitindo a venda de combustível nuclear desde que estipulada uma cláusula determinando que o plutônio seja colocado sob controle do país vendedor; isto é, um dos que compõem o grupo de potências nucleares". Aliás teriam sido, segundo a imprensa, severas exigências suplementares de salvaguardas que teriam feito o governo brasileiro desistir de assinar o acordo com a França, anunciado em fins de outubro de 75 (ver, por exemplo, "Um impasse no Acordo Nuclear", O Estado de São Paulo, 25/10/75).
Nota na Tribuna da Imprensa, de 5/11/75, assinala que "experts" dos principais países produtores e exportadores de reatores e de tecnologia nuclear se reunirão em Londres para elaborar uma política comum de matérias físséis para fins pacíficos (representantes dos EUA, França, URSS, Canadá, Grã-Bretanha, Japão e Alemanha Ocidental). O objetivo principal seria formular medidas de salvaguardas, e seria examinado também o projeto norte-americano de criação de centros multinacionais, além do projeto britânico sobre fortalecimento dos controles exercidos pela Agência Internacional.
82. "A reação americana foi notória, desde debates no Senado, em que se falou sobre o perigo de se desenvolver a bomba no "quintal" dos Estados Unidos até repercussões na imprensa. Sob a capa de preocupações com a paz e a segurança - o Brasil, país não signatário do Tratado de Não-Proliferação - escondiam-

se interesses das multinacionais americanas que dominam o mercado no setor nuclear e que perdiam um cliente e a oportunidade de realizar um grande negócio" (Cf. Morel, R.L.M., op. cit., p. 136).

83. "Brasil já previa pressão externa", O Estado de São Paulo, 25 de setembro de 1975.
84. Morel, R.L.M., op. cit., p. 139.
85. Pinto, Eduardo, "Brasil sem normas técnicas não terá indústria nuclear", Jornal do Brasil, 16/11/75, p. 41.
86. Sociedade Brasileira de Física, A participação dos físicos no Programa Nuclear Brasileiro. Relatório da Comissão Especial, São Paulo, mimeo, 1975.
87. Goldemberg, José, "O Acordo Nuclear", Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Física, Instituto de Física, USP, 1975.
88. Declarações de José Goldemberg, presidente da Sociedade Brasileira de Física: reportagem publicada no Jornal do Brasil de 15/12/75, "Acordo Nuclear exige formação de técnicos". Os grifos não estão no original.
89. Jornal do Brasil, editorial de 15/1/75.
90. Em 1971, com a finalidade de executar os programas de energia nuclear, foi criada a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear (CBTN), vinculada à CNEN. Esta empresa não representava a primeira expressão empresarial na área nuclear, visto que, em 1964, a mesma CNEN havia criado uma sociedade anônima subsidiária, a Companhia de Materiais Nucleares do Brasil (Comanbra), detendo por lei pelo menos 51% de suas ações, constituindo-se a União em sua acionista majoritária. Em maio de 68, o Decreto que havia dado origem à Comanbra é alterado, esten-

dendo a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado a possibilidade de subscrever suas ações.

91. A participação acionária da CNEN na CBTN se transferiria para a União.
92. "Quanto à escolha de um fornecedor: trata-se da tecnologia mais avançada da linha PMR. O Brasil comprará à KWU 4 centrais nucleares com progressiva nacionalização e fabricará as 4 últimas com decrescente participação da KWU. Caso fosse o Brasil escolher o caminho da concorrência internacional, teríamos no País instalada não uma indústria de reatores, mas um parque de reatores das mais diversas procedências, conforme a origem da firma vencedora". Declarações do Senador Virgílio Távora (Arena-CE), Jornal do Brasil, 29/6/75.
93. "Poucos se habilitam a usinas atômicas além de Siemens, Villares B. Boveri", Jornal do Brasil, 29/4/76. Os grifos não estão no original.
94. O Estado de São Paulo, 14/3/76.
95. "O presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, cientista Oscar Sala, assegura que 'os cientistas nacionais estão em condições de desenvolver uma tecnologia nacional a respeito de reatores nucleares', pois 'os cientistas brasileiros conhecem profundamente o assunto e têm condições de produzir um reator inteiramente nacional'. (...) Salientam os cientistas que 'o governo deve apressar a formação de recursos humanos para absorver a tecnologia a ser transferida da Alemanha para o Brasil'. O Sr. José Goldemberg considera o acordo com a Alemanha como 'a tábua de salvação, como um naufrago já sem esperanças de salvação'. Para ele, optar pela linha de urânio natural teria sido mais simples e conduziria o país muito mais rapidamente a uma auto-suficiência". Jornal do Brasil, 9/8/76.

96. Bezerra, Zenilton, "Empresas disputam os contratos da Nuclebrás", Jornal do Brasil, 6/9/76.
97. Declarações do presidente da ABDIB, Jornal do Brasil, 29/6/75. Quando da celebração do Acordo, a ABDIB (Associação Brasileira de Indústrias de Base) enviou um telegrama ao Ministro da Minas e Energia, onde afirmava que o convênio com a Alemanha "se constituiu em um dos marcos na História de nossa emancipação econômica e tecnológica" (Cf. Jornal do Brasil, 28/4/76).
98. Declarações de Gumther P. Kunze, diretor-superintendente da Jaraguá S.A. - Indústrias Mecânicas, Jornal do Brasil, 14/9/76. Segundo ele, depois de qualificar várias empresas interessadas no programa, a Nuclebrás passou a negociar a portas fechadas apenas com algumas, anunciando a seguir que só três delas seriam contratadas para fornecer equipamentos às usinas.
99. O Estado de São Paulo, 14/3/76.
100. "A afirmação é de uma fonte ligada à área energética nacional". A fonte, não identificada, é citada pela reportagem "Fora do Programa Nuclear o capital privado nacional". O Estado de São Paulo, 14/3/76.
101. Entrevista realizada com um porta-voz da Nuclebrás, Jornal do Brasil, 7/6/76.
102. Declarações de Paulo Nogueira Batista, presidente da Nuclebrás, O Estado de São Paulo, 14/9/76.
103. O Estado de São Paulo, 14/9/76.
104. Pinto, Eduardo, "Uma decisão e muitas dúvidas", Jornal do Brasil, 24/10/76.

105. Em setembro de 78, José Goldemberg, presidente da Sociedade Brasileira de Física, passou 10 dias na Alemanha, acompanhado de José Israel Vargas, secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais e de Oscar Salã, presidente da SBPC, todos três a convite do Governo Alemão. Uma reportagem do Diário da Indústria e Comércio, de 29/9/78, assinala que "para Goldemberg, o deplorável não foi constatar a veracidade de suas críticas mas sim verificar que em grande parte o objeto delas tem sido motivado por simples negligência das autoridades brasileiras, de acordo com a versão alemã". O pe-riódico transcreve o seguinte diálogo, ocorrido entre o físico brasileiro e o presidente da KWU após explicações deste último sobre como poderia se dar, através de "training on job" (treinamento no trabalho), a transferência de tecnologia:
- "-Mas esse sistema caracteriza um relacionamento entre a matriz e sua colônia!
- "-Me admiro, disse o presidente, que esse aspecto venha a ser levantado agora. Na época da assinatura acho que isso ficou bem claro para as autoridades brasileiras. Afinal, nós somos uma empresa comercial e não uma universidade".
106. Declarações do físico José Zats, constante da mesma reportagem, DCI, 29/9/78.
107. "A decisão de levar a NUCLEP (subsidiária da Nuclebrás para o setor de equipamentos) a ingressar no setor de produção de equipamentos para hidrelétricas estaria relacionada com a possibilidade de vir a empresa a operar economicamente pois dificilmente terá carga, uma vez que o programa nuclear brasileiro estaria sendo lentamente postergado. (...) As informações da área-empresarial dão conta de que a fábrica de Itaguai (Nuclep) foi superdimensionada, sendo a maior da América do Sul e só vista em poucos países do mundo" (Jornal do Brasil, 21/9/78). Ver também reportagens no DCI, de 7/10/78, onde estão registradas as críticas do empresário Antonio Erminio de Moraes, no Jornal do Brasil de 10/11/78 e outras, onde aparecem claramente os reclamos do empresariado contra

a interferência das subsidiárias da Nuclebrás no mercado.

108. "Usina de reprocessamento é irreversível para Nuclebrás", em entrevista com Paulo Nogueira Batista, Jornal do Brasil, 21/5/78. Ver também DCI, 18/10/78: "Sem energia não haverá progresso não haverá estabilidade política e sem esta estabilidade a democracia estará comprometida. Em suma: 'sem energia não haverá sustentáculo para uma verdadeira democracia'. Esta opinião do ministro Paulo Nogueira Batista, presidente da Nuclebrás, deu um novo tom aos depoimentos da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada para discutir irregularidades na política nuclear brasileira".
109. A CPI, instalada a 4 de outubro de 1978, teria um prazo de 90 dias para terminar seus trabalhos de averiguação de "A - concepção e execução do acordo nuclear Brasil-Alemanha e B - as supostas irregularidades, erros ou equívocos denunciados pela revista Der Spiegel" (DCI, 22/9/78). Com o desenrolar dos acontecimentos, porém, a CPI se ampliou, passando a investigar também as condições de trabalho em Angra dos Reis e a própria concepção do Acordo.
110. Em abril de 1979, a CPI terminava sua fase "administrativa", passando a discutir a política nuclear em si, ou seja, apontando as deficiências quanto à questão da transferência de tecnologia e quanto à questão da democracia decisória, além de por em cheque a própria necessidade de um programa nuclear. Uma das propostas resultantes do debate aberto no Senado foi a de paralisação do programa nuclear e sua reavaliação. A proposta não foi aceita oficialmente, mas de fato, o governo Figueiredo, empossado em março de 1979, vai aos poucos redefinindo prazos e objetivos, retardando o programa e fazendo com que o Acordo caísse no esquecimento. Ver Jornal do Brasil, 22/4/79.
111. Ver Energia Nuclear em Questão, op. cit. O livro foi editado, é bom lembrar, pela Confederação Nacional da Indústria.

Ver especialmente, o artigo de Joaquim Francisco de Carvalho. Em vários outros artigos e reportagens encontram-se denúncias da obsolescência da tecnologia "transferida" pela Alemanha ao Brasil.

112. Além de alguns interesses empresariais - aqueles associados a empresas estrangeiras, sobretudo, no caso, alemãs - contemplos, o papel das Forças Armadas também não foi desprezível.
- "Antes de concluir, desejamos registrar um esclarecimento relativo à referência que fizemos à estrutura organizacional ostensiva' do Programa Nuclear. Usamos a palavra 'ostensiva' porque todos aqueles que acompanham de perto o seu desenvolvimento sentem, como nós, a presença, a nível decisório, de setores da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. É natural que os setores militares se interessem pelos rumos do Programa Nuclear, tão próximas são a aplicação da energia nuclear para gerar eletricidade e a sua utilização para fins bélicos. Apenas nos ocorre sugerir que seria mais apropriado desligar esses dois tipos de interesse, atribuindo a uma organização militar o desenvolvimento das atividades nucleares afins com seus objetivos e deixando a vertente da utilização da energia nuclear para aplicações e objetivos pacíficos exclusivamente a cargo de setores governamentais não-militares. Isto significa que o desenvolvimento de atividades nucleares de natureza tipicamente militar deve ter política própria e verbas específicas, permitindo que o Programa Nuclear para geração de eletricidade seja implantado a salvo de influências estranhas a seus objetivos explícitos" (Cf. Meneses, L.C. e Simon, D., "Dois erros em cadeia..." op. cit.).
113. Declarações de um técnico, em entrevista, ao Jornal do Brasil, 2/9/79. A cobertura jornalística da CPI está cheia de declarações de técnicos e mesmo de ministros onde acusações mútuas revelam as incongruências do programa nuclear. Ver DCI, 10/10/78, reportagem sobre a superposição de agências; DCI, 22/2/79, reportagem sobre crise na equipe da Nuclebrás;

Jornal do Brasil, 15/3/79, reportagem sobre a falta de Furnas da implementação do Programa; Jornal do Brasil, 28/3/79, notícias sobre depoimento de John Cotrim, ex-presidente de Furnas na CPI, propondo a revisão do Programa; DCI, 29/3/79, notícia sobre depoimento de Mario Bhering, ex-presidente da Eletrobrás na CPI, denunciando sua própria marginalização do processo decisório que concebeu o Acordo Nuclear.

Quanto à fragmentação decisória, que, como se apontou acima, parece extremamente racional no quadro da política nuclear brasileira, veja-se a seguinte análise:

"O continuado recurso à institucionalização de novos órgãos específicos, setoriais ou regionais, de política industrial e tecnológica, fragmentou o poder de decisão governamental, favorecendo o estabelecimento de duplicidade de funções, conflitos, antagonismos e omissões. Os sistemas de política industrial e tecnológica tornaram-se onerosos, complexos e ingovernáveis, incapazes de obedecer a sólidas diretrizes centrais" (Cf. Oliveira, Roberto Gomes, "Políticas de Mercado, Industrial e de Ciência e Tecnologia: o caso do Programa Nuclear Brasileiro", em Energia Nuclear em Questão, op. cit.

114. Jornal do Brasil, 20/4/79.

115. Idem.

116. Idem. Alguns dias antes havia sido anunciado na imprensa que os rejeitos atômicos de Angra seriam depositados na Baixada Fluminense. Cf. notícia no Jornal do Brasil, 17/4/79.

117. Jornal do Brasil, 4/4/79. O chanceler alemão Helmut Schmidt estava em visita ao Brasil. O presidente Figueiredo fez declarações públicas de que nada mudaria no Acordo Nuclear, embora possa-se supor que os dois estadistas trataram, privadamente, de uma "saída honrosa" em termos de reavaliação do programa conjunto. Cf. Jornal do Brasil, 4/4/79, DCI, 4/4/79.

118. DCI, 29/6/78.

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1986
TEXTOS PARA DISCUSSÃO

	Nº de páginas
01. SOUZA, Isabel R.O.Gómez de. <u>Pressupostos ideológicos da estratégia participativa de administração pública. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 85)</u>	22
02. HAGUENAUER, Lia. <u>O complexo químico brasileiro. Organização e dinâmica interna. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 86)</u>	114
03. VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. <u>Nacionalismo versus questão nacional: o exemplo da política nuclear no Brasil. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 87)</u>	88